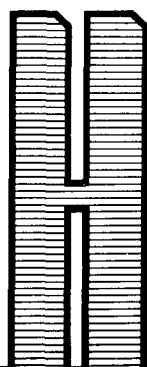




**ASSEMBLÉIA**



**República Federativa do Brasil**

**NACIONAL CONSTITUINTE**

**DIÁRIO**

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 67

QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

# **ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

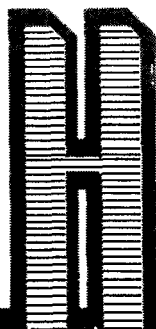
## **Sugestões Apresentadas**

**8001 a 9000**

BRASÍLIA — 1987



# ASSEMBLÉIA



# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 67

QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

### SUGESTÕES APRESENTADAS DE CONSTITUINTES

**ADEMIR ANDRADE (PMDB)** — Sugere seja dever do Poder Público manter o atendimento à saúde, buscando o completo bem-estar físico, mental e social de todos. Nº 8272

Sugere que seja assegurada inviolabilidade de mandato aos deputados estaduais e vereadores. Nº 8387

Sugere norma que atribua competência aos municípios para instituir os impostos que enumera. Nº 8388

**ALCÍZIO BEZERRA (PMDB)** — Sugere seja dever do Estado prestar educação aos brasileiros, em todos os níveis, de tal modo que possibilite a universalização do ensino gratuito. Nº 8482

Sugere norma sobre a nomeação de Ministros do Tribunal de Contas da União. Nº 8483  
Sugere que a lei regule o capital estrangeiro, fixando limites máximos de remessa de lucros e dividendos para o exterior. Nº 8484

Sugere que sejam preservadas às Forças Armadas a defesa externa e a segurança das fronteiras, do mar territorial e do espaço aéreo. Nº 8485

Sugere a realização, pelo Congresso Nacional, de auditoria sobre a dívida externa brasileira. Nº 8486

Sugere a criação de conselho de defesa e desenvolvimento da Amazônia. Nº 8487

Sugere dispositivo sobre a exploração mineral no País. Nº 8488

Sugere que o comércio exterior seja monopólio da União e exercido por órgão próprio da administração pública. Nº 8489

Sugere que a produção dos medicamentos básicos seja monopólio do Estado e que a nacionalização da indústria farmacêutica brasileira seja incentivada. Nº 8490

Sugere norma sobre a aposentadoria profissional dos servidores públicos civis. Nº 8491  
Sugere seja competência privativa do Congresso Nacional a fixação de limites para o endividamento externo e interno da administração pública, direta e indireta, como estabelece. Nº 8492

Sugere que o Brasil não mantenha relações diplomáticas com países que exerçam domínio colonial pela força das armas ou que tenham a discriminação racial como política de Estado. Nº 8493

Sugere que o Brasil incentive a integração latino-americana e favoreça a instauração de um mercado comum. Nº 8494

Sugere norma que disponha sobre a nacionalização progressiva das empresas de capital estrangeiro. Nº 8495

Sugere que o Congresso Nacional tenha acesso à informação, como específica. Nº 8496  
Sugere que o Poder Público implante o zoneamento da região Amazônica. Nº 8657

Sugere normas que garantam a vigência e o cumprimento da Constituição. Nº 8658

**ANTÔNIO UENO (PFL)** — Sugere norma sobre a naturalização de estrangeiros que completarem 25 anos de residência no Brasil. Nº 8589

Sugere que os proventos da aposentadoria não excedam, em nenhum caso, à remuneração percebida na atividade. Nº 8590

Sugere dispositivo sobre a valorização do trabalho rural. Nº 8591

Sugere dispositivos sobre a desapropriação da propriedade territorial rural. Nº 8592

Sugere seja reprimido o abuso do poder econômico. Nº 8593

Sugere que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou aquelas em que

o Estado participe acionariamente, e que exerçam atividades econômicas sejam submetidas aos direitos próprios das empresas privadas. Nº 8594

Sugere que a Lei não estabeleça distinção entre brasileiros natos ou naturalizados. Nº 8595

Sugere que a Lei não estabeleça distinção entre brasileiros natos ou naturalizados. Nº 8595

Sugere não sejam discriminadas as empresas legalmente constituídas no País. Nº 8597

Sugere dispositivo sobre o sistema cooperativista. Nº 8598

Sugere sejam imunes a tributos federais, estaduais e municipais os produtos hortifrutigranjeiros. Nº 8599

Sugere uma política agrícola permanente e aplicável. Nº 8600

**BÁSILIO VILLANI (PMDB)** — Sugere que o presidente e os diretores do Banco Central do Brasil sejam nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato não inferior a quatro anos e somente sejam exonerados após consentimento do Senado Federal; seja competência privativa do Banco Central a emissão de moeda. Nº 8512

**BORGES DA SILVEIRA (PMDB)** — Sugere normas relativa à competência, à organização e às atribuições do Poder Executivo. Nº 8232  
Sugere que o alistamento eleitoral seja obrigatório para os maiores de dezoito anos e o voto, facultativo. Nº 8234

Sugere norma sobre a eleição dos deputados, na forma que especifica. Nº 8235

Sugere que todos os direitos trabalhistas e previdenciários se estendam às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais. Nº 8236

Sugere normas sobre a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Nº 8237

Sugere seja assegurado ao marido ou companheiro o direito de usufruir dos benefícios previdenciários da esposa ou companheira. Nº 8238

Sugere norma sobre a elegibilidade dos militares. Nº 8239

Sugere norma sobre o direito de voto do analfabeto, dos cabos e soldados das Forças Armadas ou auxiliares. Nº 8240

Sugere seja mantida a instituição do júri popular, nas condições que especifica. Nº 8241

Sugere que a responsabilidade penal tenha seu início aos dezesseis anos e a menoridade civil cesse aos vinte anos. Nº 8242

Sugere que sejam concedidos os mesmos benefícios da Previdência Social ao trabalhador rural e urbano. Nº 8243

Sugere que não haja discriminação ao deficiente físico em qualquer atividade pública ou privada. Nº 8244

Sugere que lei disponha sobre incentivos fiscais concedidos às empresas privadas que empreguem menores encaminhados por instituições especializadas. Nº 8245

Sugere norma sobre os produtos que causem, de qualquer forma e a qualquer tempo, danos à saúde. Nº 8246

Sugere normas dispondo sobre as soluções para os conflitos internacionais; sobre a guerra de conquista; sobre a instalação de bases militares estrangeiras no País; e sobre experiências nucleares. Nº 8247

Sugere que o veto apostado pelo Presidente da República só subsista se apoiado pelo voto da maioria absoluta de cada Câmara. Nº 8248

Sugere a extensão da imunidades de deputados e senadores aos deputados estaduais e aos vereadores. Nº 8249

Sugere a concessão de incentivos fiscais à indústria farmacêutica nacional. Nº 8250

Sugere que lei especial disponha sobre a entrada de capital estrangeiro no País, fixe a remessa de lucros para o exterior e o percentual do PIB. Nº 8251

Sugere seja garantido, nos planos de reforma agrária, o acesso da mulher rural à titularidade de terras, seja qual for o seu estado civil. Nº 8252

Sugere normas dispondo sobre as atividades das embarcações de registro brasileiro. Nº 8253

Sugere que o Estado crie e mantenha serviços de Assistência Social gratuita, conforme enumera. Nº 8254

Sugere que a indústria farmacêutica nacional seja incentivada pelo Estado. Nº 8255

Sugere que todos tenham o direito de desfrutar do patrimônio natural, digno e necessário ao desenvolvimento espiritual, intelectual e social da pessoa e da sociedade. Nº 8256

Sugere que os bens do patrimônio natural e cultural gozem de imunidade tributária e que lei estabeleça os mecanismos de compensação urbanístico-fiscal. Nº 8257

Sugere normas assegurando direitos ao consumidor. Nº 8258

Sugere sejam revistos os proventos da aposentadoria sempre que houver novo escalonamento para o servidor da ativa e ocorrer reajuste de valores. Nº 8259

Sugere seja assegurado a todos o direito à saúde, conforme estabelece. Nº 8260

Sugere norma sobre a defesa e manutenção da ordem pública através das polícias militares e corpo de bombeiros militares. Nº 8261

Sugere que a admissão de servidores públicos somente seja possível, em qualquer nível da administração, através de concurso público, conforme determinação legal. Nº 8262

Sugere que seja vedada a possibilidade de aprovação de qualquer matéria por decurso de prazo. Nº 8263

Sugere norma que disponha sobre a pena de morte. Nº 8264

Sugere que o serviço militar prestado pelas mulheres seja opcional em tempo e paz e obrigatório em tempo de guerra. Nº 8265

Sugere que a educação integral dos filhos seja direito natural e dever inalienável dos pais, e que o ensino religioso seja assegurado a todos os brasileiros. Nº 8266

Sugere seja competência da União, Distrito Federal, Estado e Município, legislar sobre a defesa e melhoria do patrimônio natural e cultural. Nº 8267

Sugere dispositivos gerais sobre a organização e funcionamento do Poder Legislativo. Nº 8268

Sugere norma sobre o apoio estatal às atividades cooperativas e ao ensino do cooperativismo. Nº 8269

Sugere seja mantida a aposentadoria do professor, definida na atual Constituição. Nº 8956

**BOSCO FRANÇA (PMDB)** — Sugere que todo trabalhador menor seja isento de obrigações pecuniárias de caráter social, sendo-lhes assegurado acesso aos benefícios previdenciários. Nº 8949

Sugere seja criada comissão especial para propor a redivisão territorial do Brasil. Nº 8950

**CAIO POMPEU (PMDB)** — Sugere que a indicação dos candidatos aos cargos eletivos do Poder Executivo seja precedida de consulta eleitoral partidária, na forma que estabelece. Nº 8947

Sugere norma sobre o juizado de pequenas causas e sobre a jurisdição trabalhista rural. Nº 8948

**CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB)** — Sugere seja competência exclusiva do Banco Central do Brasil a emissão de moeda. Nº 8537

Sugere que o Estado preste assistência ao idoso, garantindo-lhe segurança econômica e habitacional e evitando o isolamento ou a marginalização social; e que os idosos se beneficiem de acesso gratuito nos transportes coletivos urbanos. Nº 8538

Sugere que a criança goze de proteção prevista nos acordos internacionais que garantem seus direitos; que tenha direito a assistência social, ainda que seus pais sejam contribuintes

do sistema previdenciário; e que o registro civil seja gratuito. Nº 8539

Sugere norma sobre a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público. Nº 8540

Sugere que a lei não possa excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer dano coletivo ou individual. Nº 8541

Sugere critério para a distribuição do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Nº 8542

Sugere princípio relativo ao exercício popular da soberania nacional. Nº 8543

Sugere que, do ICM arrecadado, 75% constitua receita dos Estados e 25%, dos Municípios. Nº 8544

Sugere sejam dadas condições sócio-econômicas para a fixação do homem no campo. Nº 8545

Sugere dispositivo sobre o uso das águas no Nordeste. Nº 8546

Sugere fique assegurada a liberdade de manifestação cultural e artística e proibida qualquer forma de censura, exceto para fins de classificação por faixa etária. Nº 8547

Sugere seja fixado um limite para o número de funcionários públicos dos Estados e Municípios e que nenhum servidor perceba remuneração inferior ao salário mínimo. Nº 8548

Sugere norma que disponha sobre o sistema Distrital Misto nas eleições para os cargos dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e Municipais. Nº 8549

Sugere norma que disponha sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do jovem. Nº 8550

Sugere norma sobre finalidade, autorização e limites de intervenção das Forças Armadas. Nº 8551

Sugere norma que disponha sobre os requisitos a serem preenchidos pelos candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República. Nº 8552

Sugere normas que assegurem a integridade física e mental do preso, ampliem o direito de defesa e concedam "Habeas Corpus". Nº 8533

Sugere normas sobre a composição do Senado Federal. Nº 8554

Sugere que a Administração Financeira, especialmente a execução do orçamento da União, seja fiscalizada pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências. Nº 8555

Sugere que a jornada de trabalho seja de 40 (quarenta) horas semanais, salvo casos especiais previstos em lei. Nº 8556

Sugere sejam os Municípios considerados unidades da Federação. Nº 8557

Sugere sejam estendidas aos vereadores as imunidades e prerrogativas processuais deferidas aos Deputados Estaduais. Nº 8558

Sugere seja vedado o Registro de Informações sobre convicção política, credo religioso e trabalho do indivíduo. Nº 8559

Sugere dispositivo que garanta a auto-aplicabilidade das normas constitucionais. Nº 8560

Sugere norma que disponha sobre o alistamento eleitoral obrigatório e o voto facultativo. Nº 8561

Sugere que o alistamento militar seja voluntário para as mulheres, e obrigatório para os homens e que o serviço militar seja facultativo para todos. Nº 8562

Sugere a igualdade de direitos para os filhos havidos dentro ou fora do casamento. Nº 8563

Sugere que os trabalhadores urbanos e rurais, os servidores públicos aposentados e os pensionistas não percebam remuneração inferior ao salário mínimo. Nº 8564

Sugere que os Estados e Municípios sejam organizados e regidos pelas constituições e leis que adotarem. Nº 8995

Sugere que a educação seja um direito de todos e dever do Estado promovê-la, que seja gratuita em todos os níveis, e dá outras providências. Nº 8996

**CÉSAR MAIA (PDT)** — Sugere normas sobre a composição e competência do Conselho de Defesa Nacional, das Forças Armadas, da Polícia Federal; a decretação do estado de alarme, e dá outras providências. Nº 8091

**CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB)** — Sugere que o ensino público seja gratuito, e outras normas relativa à educação.

**CLÁUDIO ÁVILA (PFL)** — Sugere que a competência da União não exclua a dos Municípios para legislar sobre produção e consumo, tráfego e trânsito e organização de juízo de conciliação municipal. Nº 8756

**CRISTINA TAVARES (PMDB)** — Sugere sejam revogados os dispositivos legais que discriminem a mulher. Nº 8997

Sugere normas gerais sobre a família. Nº 8998

Sugere dispositivos sobre recursos pesqueiros. Nº 8999

Sugere seja assegurado aos trabalhadores e às trabalhadoras os direitos enumerados. Nº 9000

**DARCY DEITOS (PMDB)** — Sugere que seja dispensada de fiança ou aval a operação financeira inferior a (100) cem OTN, quando o tomador do crédito por microempresa, pequeno proprietário rural ou profissional liberal de pequena renda. Nº 8767

Sugere sejam assegurados à mulher direitos e garantias, nos casos e condições que estabelece. Nº 8768

Sugere normas que garantam os direitos da mulher. Nº 8769

Sugere dispositivos sobre os direitos dos indígenas. Nº 8770

Sugere que a capacidade civil para ambos os sexos seja adquirida aos 18 (dezoito) anos, e o exercício de voto aos 16 (dezesesseis) anos de idade. Nº 8771

Sugere que o Estado promova a reforma agrária, e dá outras providências. Nº 8772

Sugere norma que disponha sobre a instituição e utilização do sistema misto de eleição proporcional para as Câmaras federal e estadual. Nº 8773

Sugere aposentadoria aos 55 (cinquenta e cinco) e 50 (cinquenta) anos de idade para o homem e para a mulher, respectivamente, em valor nunca inferior ao salário da atividade. Nº 8774

Sugere seja vedada a exceção tributária a qualquer dos entes públicos quando se tratar de forma de ressacir obra ou serviço público, parcial ou integralmente. Nº 8775

Sugere norma que disponha sobre o funcionamento dos bancos de depósitos, empresas financeiras e de seguros, em todas as modalidades, conforme estabelece. Nº 8776

Sugere a impenhorabilidade, a qualquer a título, da propriedade rural até o limite de 50 ha. Nº 8777

Sugere que a lei regule o sistema financeiro nacional e determine órgão que o compõem com suas funções correspondentes. Nº 8778

**DELFIN NETTO (PDS)** — Sugere que a lei disponha sobre a criação e a organização de um Banco Central, na forma que determina. Nº 8951

Sugere seja vedada a cobrança de contribuições das empresas destinadas à manutenção das entidades que especifica. Nº 8952

**DENISAR ARNEIRO (PMDB)** — Sugere norma que discipline a política econômica, social e tributária a ser adotada no País. Nº 8092

**DIONÍSIO DAL PRÁ (PFL)** — Sugere normas sobre proventos da aposentadoria e contagem do tempo de serviço de funcionários públicos. Nº 8978

Sugere que a instalação ou ampliação de usinas nucleares e hidrelétricas e de indústrias poluentes dependam de prévia autorização do Congresso Nacional. Nº 8981

Sugere que os cadáveres possam ser utilizados para fins terapêuticos e científicos, exceto no caso que especifica. Nº 8982

Sugere seja assegurado o direito à propriedade rural, nas condições que estabelece. Nº 8986

Sugere normas gerais sobre a família. Nº 8987

Sugere normas sobre os imigrantes e seus descendentes. Nº 8988

Sugere que os proventos de aposentadoria dos trabalhadores sejam reajustados, conforme determina. Nº 8989

Sugere seja garantido aos pais o direito de determinar livremente o número de filhos, conforme estabelece. Nº 8990

Sugere que a viúva pensionista de funcionário público civil continue a ter direito à pensão, no caso que especifica. Nº 8991

Sugere sejam assegurados a todos os brasileiros educação e material escolar gratuitos. Nº 8992

Sugere norma sobre a organização do Ministério Público Federal. Nº 8993

**DIONÍSIO HAGE (PFL)** — Sugere dispositivo sobre a liberdade de pensamento e de expressão, ressalvados os espetáculos e as diversões públicas. Nº 8270

Sugere que o Poder público devolva à todos os condomínios fechados um percentual nunca inferior a 30% dos tributos arrecadados nas áreas desses condomínios. Nº 8271

Sugere norma fixando datas para a realização de eleições. Nº 8945

Sugere seja estabelecida gratuidade para educação especial, conforme especifica. Nº 8946

**EDISON LOBÃO (PFL)** — Sugere dispositivos sobre a questão fundiária e a reforma agrária. Nº 8304

**EDMILSON VALENTIM (PC do B)** — Sugere sejam garantidos direitos às nações indígenas, conforme estabelece. Nº 8308

**ELIEL RODRIGUES (PMDB)** — Sugere que o divórcio somente possa ocorrer em casos de infidelidade conjugal comprovada. Nº 8305

Sugere que o Poder Executivo elabore, periodicamente, planos nacionais de desenvolvimento econômico, submetendo-os ao Poder Legislativo. Nº 8306

Sugere sejam considerados dependentes do trabalhador, com direito a salário-família, a esposa e os filhos de até 24 (vinte e quatro) anos de idade, conforme estabelece. Nº 8307

**ERALDO TINOCO (PFL)** — Sugere que educação seja direito de todos e dever prioritário do Estado, e vise ao preparo do indivíduo para o pleno exercício da cidadania. Nº 8298

Sugere norma dispondo sobre os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração. Nº 8299

Sugere norma sobre os orçamentos anual e plurianual da União, dos Estados, dos territórios, do Distrito Federal e dos Municípios. Nº 8300

Sugere que as competências comuns da União, dos Estados dos territórios, dos Distrito Federal e dos Municípios sejam detalhadas em lei complementar, fixadas as responsabilidades administrativas de cada nível de governo. Nº 8301

Sugere que todo brasileiro tenha liberdade de pensamento, de crença religiosa e de convicções políticas ou filosóficas; que seja assegurada a liberdade de culto e a total independência entre a Igreja e o Estado. Nº 8302

Sugere seja computado como despesa operacional das empresas o custeio dos programas que enumera, para efeito de dedução da renda bruta. Nº 8303

**FÁBIO FELDMANN (PMDB)** — Sugere norma dispondo sobre a elaboração de um plano de gerenciamento costeiro que obedeça às diretrizes da política nacional do meio ambiente. Nº 8615

Sugere que sejam estabelecidos padrões sanitários sobre bebidas e alimentos, e dá outras providências. Nº 8616

Sugere norma que subordine o direito de propriedade à função social e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Nº 8616. Nº 8617

Sugere dispositivo sobre a prestação de serviços civis de interesse nacional, em tempo de paz, como alternativa ao serviço militar obrigatório. Nº 8618

Sugere que qualquer do povo seja parte legítima para propor ação de inconstitucionalidade

de lei ou ato do Poder Público, na forma que estabelece. Nº 8619

Sugere seja controlada pelo Estado a realização de pesquisas que visem a criação de novas espécies vegetais ou animais, ou a evolução genética das espécies existentes. Nº 8620

Sugere dispositivo sobre o livre acesso à informação relativa à qualidade do meio ambiente, às condições de saúde da população e à proteção do consumidor. Nº 8621

Sugere sejam os recursos genéticos do Brasil protegidos pelo Poder Público e considerados parte do patrimônio nacional. Nº 8622

Sugere normas sobre a autorização de concessão para pesquisa, lavra e exploração de minerais e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica. Nº 8623

Sugere regime especial de tributação que incida sobre a propriedade privada situada em locais especialmente protegidos. Nº 8624

Sugere que o mar territorial e a zona costeira sejam regidos por legislação especial. Nº 8625

Sugere dispositivos quanto ao direito dos povos indígenas sobre as terras que ocupam. Nº 8626

Sugere critérios que permitam o aforamento nas ilhas. Nº 8627

Sugere norma que garanta ao Brasil o direito a uma ocupação parcial e proporcional da Antártida, como membro tratado Antártico. Nº 8628

Sugere que a realização de eventos de interesse público não coincida em dias e datas cuja guarda seja observada por cultos religiosos. Nº 8629

Sugere seja competência da União e dos Estados legislar sobre registro, fabricação, comercialização e utilização de biocidas de qualquer origem. Nº 8630

Sugere norma que disponha sobre bens da União e a proteção ambiental das linhas oceânicas, marinhas e costeiras. Nº 8631

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos, nas situações que discrimina. Nº 8632

Sugere norma sobre proibição de instalação e funcionamento de reatores nucleares, e sobre a importação, fabricação e transporte de artefatos bélicos nucleares. Nº 8633

Sugere sejam estabelecidos planos nacionais ou regionais de reforma agrária ou urbana, visando à preservação ambiental, à defesa do equilíbrio ecológico e à proteção dos valores históricos, paisagísticos, indígenas e outros. Nº 8634

Sugere dispositivos que disponham sobre a competência dos Estados para legislar sobre matéria que enumera. Nº 8635

Sugere seja vedado o anonimato nas manifestações explícitas de pensamento, respondendo cada um pelos abusos cometidos. Nº 8636

Sugere seja competência da União legislar sobre a instituição e organização da defesa civil nos casos de calamidade pública. Nº 8637

Sugere norma que disponha sobre o uso disciplinado dos bens da União. Nº 8638

Sugere não sejam objeto de processo discriminatório as terras devolutas, destinadas à preservação ambiental. Nº 8639

Sugere que todos tenham direito a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Nº 8640

Sugere sejam os animais existentes no território nacional tutelados pelo Poder Público, e sejam vedadas as práticas que os submetam à crueldade e condições inaceitáveis de vida. Nº 8641

Sugere que o uso dos recursos naturais renováveis fique condicionado à necessidade de sua conservação futura. Nº 8642

Sugere a definição e proteção de espaços territoriais especiais. Nº 8643

Sugere seja competência da União planejar, promover e integrar a defesa civil em todo território nacional. Nº 8644

Sugere que a floresta Amazônica, a mata Atlântica, o Pantanal Mato-grossense e a zona costeira sejam considerados patrimônio nacional. Nº 8645

Sugere que a ordem econômica seja fundamentada na justiça social e no desenvolvimento. Nº 8646

Sugere norma que autorize as Forças Armadas a atuar na defesa dos recursos naturais ameaçados por práticas ilícitas de exploração. Nº 8647

Sugere norma que disponha sobre os princípios que devam reger a política externa brasileira. Nº 8648

Sugere seja competência dos Municípios legislar sobre assistência e saúde públicas e proteção ao consumidor. Nº 8649

Sugere norma que disponha sobre os bens da União. Nº 8650

Sugere que as empresas eliminem ou reduzam a insalubridade nos locais de trabalho, e seja incorporado ao salário o adicional de insalubridade. Nº 8651

Sugere a obrigatoriedade de realização de estudos para a execução de programas, planos e projetos que possam causar impacto ambiental. Nº 8652

Sugere normas sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do País, a melhoria das condições de vida da população, o uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. Nº 8653

Sugere seja o poluidor obrigado a indenizar ou reparar danos causados ao meio ambiente. Nº 8654

Sugere que as áreas críticas de poluição sejam objeto de medidas efetivas por parte dos poderes públicos. Nº 8655

Sugere que, no processo Legislativo, seja assegurada a realização de audiências públicas, conforme estabelece. Nº 8656

FAUSTO ROCHA (PFL) — Sugere que o Governo garanta a todos os cidadãos o ensino gratuito de 1º e 2º graus nas escolas públicas ou particulares, mediante convênio, sem tolar a liberdade do ensino particular. Nº 8892

Sugere fique vedado o estabelecimento de limite de idade para fins de concurso público ou para admissão a qualquer emprego, salvo nos casos relacionados com a carreira militar. Nº 8893

Sugere que se assegure aos trabalhadores o direito à greve, dentro dos limites da lei e sem cerceamento a quem queira trabalhar. Nº 8894

Sugere que o Estado assegure a inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações de forma geral. Nº 8895

Sugere que a lei não faça distinção entre os filhos havidos dentro e fora do casamento, inclusive por adoção. Nº 8896

Sugere que a reforma agrária seja efetuada, prioritariamente, nas terras não produtivas e não utilizadas, pertencentes ao Governo e dentro de critérios estabelecidos. Nº 8897

Sugere que seja dado a todo cidadão o mesmo nível de salário na aposentadoria, em relação aos que estão em atividade. Nº 8898

Sugere seja proibida em todo o território nacional a instalação de cassinos e a prática de jogos de azar. Nº 8899

Sugere que o Estado fiscalize a qualidade dos produtos destinados ao consumo, conforme determina. Nº 8900

Sugere que conste do Regimento Interno de todas as Casas legislativas brasileiras um artigo referente à leitura de um trecho da Bíblia na abertura das sessões. Nº 8901

Sugere seja assegurado aos ministros de confissão religiosa o livre acesso aos hospitais, clínicas, casas de saúde, penitenciárias e a outros estabelecimentos de internação coletiva. Nº 8902

Sugere que o Governo assegure assistência à criança, ao adolescente, à família carente, ao idoso e ao deficiente físico. Nº 8903

Sugere seja proibido fumar cigarro, charuto ou cachimbo em qualquer ambiente fechado e em veículos de transporte coletivo. Nº 8904

Sugere seja vedado à União, aos Estados e aos Municípios estabelecer ou subvencionar cultos religiosos ou igrejas oficiais. Nº 8905

Sugere seja permitido aos membros dos Poderes Legislativo federal, estadual e municipal assumir funções de direção na administração pública, direta e indireta, sem ter que renunciar ao mandato. Nº 8906

Sugere que o Estado assegure a todos o direito à educação de 1º e 2º graus. Nº 8907

Sugere que o sistema de saúde do País obedeça aos padrões da Organização Mundial de Saúde — OMS. Nº 8908

Sugere que o Governo estabeleça medidas eficazes sobre a prevenção de acidentes e proteção à vida, e que as empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados mantenham um órgão para essa finalidade. Nº 8909

Sugere norma sobre a aposentadoria do homem e da mulher. Nº 8910

Sugere que a jornada de trabalho seja de, no máximo, 40 horas semanais, permitindo-se excepcionalmente a prestação de até duas horas extras diárias. Nº 8911

Sugere não seja permitido, nos estabelecimentos de ensino, que alunos antigos recebam os novos com atos de violência ou de vexame público. Nº 8912

FERNANDO CUNHA (PMDB) — Sugere disposições sobre a derrogação de normas tributárias e a correspondente compensação financeira. Nº 8063

Sugere a adoção de critérios iguais para a fixação do valor das pensões de servidores civis e militares. Nº 8064

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional dispor sobre matéria tributária. Nº 8065

Sugere a equiparação dos proventos da inatividade aos salários e vantagens dos servidores em atividade. Nº 8066

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional conceder anistias tributárias ou remissões nos casos de efetiva legitimidade e correspondente ganho social. Nº 8067

Sugere a estruturação do serviço público federal em carreiras que a lei disciplinará. Nº 8068

Sugere que sejam criadas, em todas as Unidades da Federação, áreas de preservação e conservação do ecossistema. Nº 8920

FLORICENO PAIXÃO (PDT) — Sugere normas que assegurem proteção às cooperativas. Nº 8069

Sugere que caiba ao Ministério da Justiça planejar e coordenar o emprego das polícias militares, conforme específica. Nº 8070

Sugere dispositivo sobre competência da União e dos Municípios para o atendimento à saúde. Nº 8071

Sugere que toda instituição financeira que arrecade recursos do contribuinte ou da Previdência Social destinados à formação profissional, ao lazer e às atividades sócio-culturais seja administrada por representantes de empregados e empregadores. Nº 8072

Sugere que seja assegurada a exploração de jogos de azar em localidades consideradas estâncias climáticas, hidrominerais e turísticas, nas condições que especifica. Nº 8073

Sugere que seja assegurada aos deficientes melhoria de sua condição social e econômica, pela educação, assistência, não-discriminação e facilidade de transporte. Nº 8074

Sugere que seja realizado plebiscito popular para ratificar a Constituição, nas condições que determina. Nº 8075

Sugere que a União promova, para fins de reforma agrária, a desapropriação de áreas rurais determinadas. Nº 8076

Sugere que a importação de matérias-primas farmacêuticas para a produção de medicamentos passe a constituir monopólio da União. Nº 8077

Sugere normas sobre a competência das polícias militares. Nº 8078

Sugere que as polícias militares sejam instituições estaduais, permanentes e regulares, subordinadas aos respectivos governadores dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Nº 8079

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB) — Sugere que o Estado assegure assistência preventiva à saúde, especialmente da mulher e da criança. Nº 8051

Sugere seja assegurada estabilidade aos servidores contratados da administração pública direta ou indireta, após quatro anos ininterruptos de serviço. Nº 8052

GUMERCINDO MILHOMEM (PT) — Sugere que a União, os Estados e os Municípios criem cargos e realizem concurso para efetivação dos servidores contratados como temporários. Nº 8053

Sugere que as empresas estatais destinem uma porcentagem de seus recursos para o ensino especial de deficientes físicos e mentais e que se criem incentivos fiscais para o mesmo fim. Nº 8054

Sugere disposições relativas à eleição e à posse do Presidente e do Vice-Presidente da República. Nº 8055

Sugere normas que disponham sobre o Plano Nacional de Educação, a obrigatoriedade do ensino de primeiro grau, ensino público e gratuito em todos os níveis, e liberdade de pensamento e de informação. Nº 8056

Sugere gratuidade do ensino em todos os níveis, ampliação da faixa etária de escolaridade, supressão do subsídio às escolas particulares, valorização do magistério, e dá outras providências. Nº 8057

GUSTAVO DE FARIA (PMDB) — Sugere norma sobre a criação do Fundo Nacional de Exaustão para amparar os municípios cujas reservas minerais tenham se esgotado. Nº 8779

Sugere normas sobre incentivos às prefeituras para abertura e conservação de estradas vicinais. Nº 8780

Sugere norma sobre incentivos às empresas de mineração para aquisição de equipamentos antipoluentes. Nº 8781

Sugere que o Imposto Territorial Rural seja lançado e cobrado pelos municípios. Nº 8782

Sugere que os Estados e Municípios tenham participação em todos os impostos federais, nas condições que estabelece. Nº 8783

Sugere dispositivo sobre concessão de pensão a beneficiários por falecimento de servidor civil ou militar. Nº 8784

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional a edição de normas tributárias e concessão de anistias ou remissões fiscais. Nº 8785

Sugere seja assegurado ao trabalhador, afastado da atividade por motivo de doença, a manutenção da totalidade dos vencimentos ou soldos, gratificações e vantagens. Nº 8786

Sugere que o Serviço Público Federal seja estruturado em carreiras, tendo como limite máximo o cargo imediatamente inferior ao de Ministro de Estado, Presidente de Autarquia ou Fundação de Direito Público. Nº 8787

HÉLIO ROSAS (PMDB) — Sugere que lei Estadual estabeleça os requisitos para a criação de novos municípios. Nº 8917

Sugere que os Tribunais de Contas julguem, para fins de registro, a legalidade dos atos que discrimina. Nº 8918

Sugere dispositivos sobre a organização dos Estados e dos Municípios, sobre o Poder Legislativo, o Orçamento e a fiscalização financeira e orçamentária e sobre o Tribunal Federal de Contas. Nº 8921

Sugere norma sobre a remuneração dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça e dos Conselheiros dos Tribunais de Contas. Nº 8922

Sugere norma sobre a remuneração dos Deputados Estaduais. Nº 8925

HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB) — Sugere que seja substituída, na Constituição, a expressão "região geoeconômica" por "região de desenvolvimento econômico". Nº 8135

Sugere disposições relativas às regiões, incluindo prioridades, política de desenvolvimento, órgãos regionais e outras matérias afins. Nº 8136

Sugere sejam elaborados periodicamente planos nacionais e regionais de desenvolvimento, destacando o planejamento regional relativo à Amazônia e ao Nordeste e que estes tenham como expressão financeira, além do orçamento-programa de cada exercício, um orçamento plurianual de dispêndios. Nº 8137

HERMES ZANETTI (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre a duração dos mandatos dos cargos eletivos. Nº 8184

Sugere a estatização do sistema bancário. Nº 8185

Sugere seja assegurado o direito de greve ao trabalhador e ao funcionário público. Nº 8186

Sugere que sejam eleitores os brasileiros maiores de dezesseis anos, civis ou militares, alistados na forma da lei. Nº 8187

Sugere que a concessão para exploração dos serviços de radiodifusão dependa de prévia autorização do Poder Legislativo, que poderá delegar esta competência, nos termos que a lei estabelecer. Nº 8188

Sugere normas sobre a criação e competência do Ministério da Defesa, e sobre o serviço militar facultativo. Nº 8189

Sugere normas sobre a instituição do sistema unicameral. Nº 8190

Sugere dispositivos sobre a nomeação e atribuições dos ministros do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências. Nº 8191

Sugere norma estabelecendo data para a realização de eleições diretas à Presidência da República. Nº 8192

Sugere a gratuidade do ensino público em todos os níveis, com fornecimento pelo Estado de material didático, alimentação e transporte a todos os alunos de primeiro grau, a ampliação da faixa etária de escolaridade, a contribuição das empresas para o ensino, e dá outras providências. Nº 8193

**HILÁRIO BRACIN (PMDB)** — Sugere seja competência da União instituir impostos sobre produção, importação, circulação, distribuição e consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos. Nº 8926

**HOMERO SANTOS (PFL)** — Sugere norma sobre o regime de incentivos para assegurar a eficácia das funções de fiscalização e arrecadação de tributos e contribuições. Nº 8273  
Sugere que os condenados a penas privativas da liberdade exerçam atividade produtiva. Nº 8274

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional conceder anistia ou remissões nos casos que estabelece. Nº 8275  
Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional editar norma material tributária. Nº 8276  
Sugere medidas de controle sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Nº 8277

**HORÁCIO FERRAZ (PFL)** — Sugere normas sobre a eleição de Governador e de Vice-Governador de Estado e sobre as polícias civil e militar e os corpos de bombeiros dos Estados. Nº 8913

Sugere dispositivo sobre o número de deputados estaduais e a duração de seus mandatos e sobre a iniciativa legislativa popular, plebiscitos ou referendos nos Estados e nos Municípios. Nº 8914

Sugere normas sobre a organização e a autonomia dos Estados. Nº 8929

Sugere normas sobre a organização, competência e funcionamento da Justiça dos Estados e sobre a criação de tribunais inferiores de segunda instância, Justiça de Paz temporária e juizados de pequenas causas. Nº 8930  
Sugere seja assegurado o acesso aos cargos públicos a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei. Nº 8933  
Sugere a instituição do sistema eleitoral distrital misto, e da outras providências. Nº 8934

**IBSEN PINHEIRO (PMDB)** — Sugere dispositivos sobre a Comunicação Social. Nº 8278

Sugere norma que disponha sobre a elegibilidade. Nº 8279

Sugere dispositivos sobre a Reforma Agrária. Nº 8280

**IVO MAINARDI (PMDB)** — Sugere normas sobre aposentadoria e pensões dos trabalhadores. Nº 8421

Sugere competência à União para legislar sobre direito notarial, direito registral, Registros Públicos, Juntas Comerciais, notariado e emolumentos, conforme estabelece. Nº 8422

Sugere fique assegurado ao agricultor, nos casos previstos, o direito ao Crédito Fundiário para finalidade específica. Nº 8423

Sugere seja assegurada a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes, conforme estabelece. Nº 8424

Sugere que seja reconhecido o valor econômico do trabalho doméstico e sejam assegurados direitos e garantias à mulher. Nº 8425

Sugere que a família, instituída civil ou naturalmente, tenha direito à proteção do Estado, e dá outras providências. Nº 8426

Sugere igualdade de direitos aos homens e mulheres, para o pleno exercício da cidadania, nas condições que estabelece. Nº 8427

Sugere seja decretada moratória nos casos de dívidas contraídas com financiamentos de investimentos ou custeio agropecuário. Nº 8428

**JALLES FONTOURA (PFL)** — Sugere dispositivo sobre a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e riquezas minerais do subsolo. Nº 8757

**JAMIL HADDAD (PSB)** — Sugere que as garantias, direitos e deveres pertinentes ao ensino público sejam extensivos ao sistema particular de ensino. Nº 8497

Sugere que a atual Comissão de Sistematização se converta em comissão coordenadora das propostas de regulamentação constitucional, na forma que estabelece. Nº 8498

Sugere que as Forças Armadas, subordinadas aos poderes constitucionais e sob o comando do Presidente da República, destinem-se a assegurar a independência e a soberania do País e sua integridade territorial. Nº 8499

Sugere sejam considerados crimes e punidos na forma da lei a desobediência militar às leis civis, a insubordinação, a sublevação e o motim. Nº 8500

Sugere que os moradores de Distritos ou Bairros possam organizar-se em conselhos comunitários, cuja audiência seja obrigatória nos assuntos de interesse da população. Nº 8501

**JESSÉ FREIRE (PFL)** — Sugere norma dispondo sobre a exploração dos Serviços de Telecomunicações. Nº 8522

Sugere seja assegurado o direito de resposta em caso de ofensa à honra e à imagem pública; que os crimes dolosos contra a vida e os crimes de imprensa sejam julgados pelo Tribunal do Júri, na forma que estabelece. Nº 8523

Sugere normas sobre a Organização da Carreira Judicial nos Estados. Nº 8524

Sugere normas sobre o orçamento anual e plurianual da União e sobre a participação do Congresso Nacional na elaboração da proposta orçamentária. Nº 8525

**JOÃO PAULO (PT)** — Sugere disposições sobre o direito de ação do cidadão e das entidades, os serviços públicos essenciais e a preservação do patrimônio natural e cultural. Nº 8194

Sugere normas e princípios sobre o direito à habitação, e outras providências afins. Nº 8200

Sugere que os serviços públicos essenciais sejam prestados pelo Poder Público. Nº 8201

Sugere norma sobre a utilização de cadeia nacional de radiodifusão pelo Presidente da República, por qualquer autoridade e pelos partidos de oposição, nas condições que estabelece. Nº 8202

Sugere seja efetuada a revisão dos cálculos dos benefícios devidos aos aposentados e pensionistas da Previdência Social conforme restabelece. Nº 8203

Sugere normas sobre a instituição, atribuições, funcionamento, composição e orçamento do Conselho Nacional de Comunicação. Nº 8204

Sugere normas sobre a inelegibilidade, a filiação partidária e o direito de voto dos militares. Nº 8205

Sugere que a lei não exclua da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual e coletivo. Nº 8206

Sugere seja assegurado o direito de usucapião, nas condições que estabelece. Nº 8207

Sugere norma instituindo a defensoria do povo e dispondo sobre a escolha e atribuições do defensor público. Nº 8208

Sugere que a Emenda Constitucional nº 26 se aplique aos que tiveram suas ações prejudicadas, no Poder Judiciário, pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969. Nº 8209

Sugere que a lei não exclua da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ao direito individual. Nº 8210

Sugere normas sobre a eleição de delegado de polícia. Nº 8211

Sugere que o exercício da função legislativa não possa ser delegado ao Poder Executivo, exceto nos casos que enumera. Nº 8212

Sugere seja competência do Presidente da República nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, o presidente e os diretores do Banco Central do Brasil. Nº 8213

Sugere que seja obrigatória a vinculação trabalhista do empregado com a empresa a que presta serviços, não se admitindo o vínculo com empresas interpostas. Nº 8214

Sugere que o Poder Executivo apresente um orçamento que compreenda a fixação das despesas e receitas do Estado, de suas empresas, autarquias e fundações. Nº 8215

Sugere que se estabeleça a plena equivalência entre as convenções e os acordos coletivos de trabalho regularmente celebrados e as sentenças normativas. Nº 8216

Sugere que todos tenham direito ao pleno exercício da cidadania, cabendo ao Poder Público garantir sua eficácia. Nº 8217

Sugere norma sobre os direitos e garantias individuais e coletivos expressos na Constituição, na Legislação Complementar e nas declarações internacionais das quais o País seja signatário. Nº 8218

Sugere seja concedido **habeas corpus** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nº 8219

Sugere que a lei assegure a expedição de certidões requeridas às repartições públicas para esclarecimento de situações e defesa de direitos. Nº 8220

Sugere que seja assegurado a todos os trabalhadores, inclusive funcionários e servidores públicos, o direito de greve. Nº 8221

Sugere seja assegurado o direito de propriedade destinada efetivamente a uma função social. Nº 8222

Sugere que a comunicação seja um bem social e um direito fundamental da pessoa humana, e que a garantia de sua viabilização seja responsabilidade do Estado. Nº 8223

Sugere que o Poder Público promova a tutela dos bens e valores integrantes do patrimônio ambiental da coletividade, e defina responsabilidades civis, criminais e administrativas por danos causados ao meio ambiente. Nº 8224

Sugere norma dispondo sobre a defesa do consumidor. Nº 8225

Sugere norma sobre direitos e responsabilidades referentes ao patrimônio cultural da coletividade. Nº 8226

Sugere que todos os cidadãos tenham direito ao lazer e à livre utilização do tempo de repouso garantido em lei. Nº 8227

Sugere que todos os cidadãos tenham direito à saúde, educação e cultura, garantidas pelo Poder Público. Nº 8228

Sugere dispositivo sobre os princípios de anterioridade, igualdade e progressividade relativos à tributação. Nº 8229

Sugere que todo cidadão e as entidades sejam partes legítimas para propor ação popular. Nº 8230

Sugere norma sobre a garantia dos direitos coletivos e individuais independentes de regulamentação, nas condições que especifica. Nº 8231

JONAS PINHEIRO (PFL) — Sugere seja fixado o número dos Tribunais Regionais do Trabalho e instituídas as Juntas de Conciliação e Julgamento. Nº 8513

Sugere seja competência da União dar condições necessárias para que, em cada lote de assentamento ou colonização na região Amazônica, seja destacado vinte por cento da área para cultura permanente. Nº 8514

Sugere que a floresta Amazônica e o Pantanal Mato-grossense sejam considerados Patrimônio Nacional. Nº 8515

Sugere a criação do Plano Nacional de saúde e a incrementação do controle de zoonoses. Nº 8516

Sugere sejam estruturados e registrados os imóveis rurais no limite mínimo de 12,10 ha respeitando a qualidade do solo e intensidade da cultura. Nº 8517

Sugere que a utilização do Pantanal Mato-grossense seja adequada e que a União regulamentamente e apóie suas atividades econômicas, protegendo o equilíbrio ecológico. Nº 8518

Sugere que a União crie um plano nacional de produção animal. Nº 8519

Sugere seja competência prioritária da União legislar sobre florestas, caça, pesca e conservação da natureza, através de código específico. Nº 8520

Sugere seja prorrogado por mais 5 (cinco) anos, a partir de 1989, o disposto na Lei Complementar nº 31/77 que trata, em seu artigo 38, de aporte de recursos, para o Estado de Mato Grosso. Nº 8521

JORGE VIANNA (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre a extensão dos princípios de igualdade perante a lei a todos os segmentos públicos e privados da sociedade. Nº 8148

Sugere que o princípio da igualdade perante a lei se estenda a todo trabalho, independente da área econômica em que exerce sua atividade profissional. Nº 8149

Sugere seja assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes a vida, a liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos que especifica. Nº 8150

Sugere seja assegurado o direito de propriedade de imóvel rural, conforme especifica. Nº 8151

JOSÉ COSTA (PMDB) — Sugere norma assegurando ao trabalhador os direitos que enumera. Nº 8132

JOSÉ DUTRA (PMDB) — Sugere norma dispondo sobre a organização, competências e autonomia dos Municípios. Nº 8315

Sugere dispositivos sobre a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para instituir os impostos que enumera. Nº 8316

Sugere seja instituído o Conselho Nacional de Comunicação Social e que a lei regulamente sua composição e suas atribuições. Nº 8317

Sugere que todos os necessitados tenham direito a assistência judiciária gratuita. Nº 8318

Sugere que o Hino Nacional seja cantado, obrigatoriamente, em todas as escolas públicas e privadas do País. Nº 8319

Sugere a instituição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental (SUDAMOC) por desmembramento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Nº 8320

Sugere seja obrigação da União incentivar e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, sem prejuízo da iniciativa privada. Nº 8321

Sugere que seja assegurada a aposentadoria aos trabalhadores, às donas-de-casa e às camponesas. Nº 8322

Sugere sejam mantidos os incentivos fiscais atualmente concedidos à Zona Franca de Manaus, nas condições que estabelece. Nº 8323

Sugere seja reconhecido o direito de greve, e dá outras providências. Nº 8324

Sugere normas sobre a composição da Câmara dos Deputados. Nº 8325

JOSÉ EGREJA (PTB) — Sugere seja assegurado o direito à herança, na forma da lei, não podendo o valor desta ser onerado por qualquer tributo, salvo o imposto de transmissão "causa mortis", nos termos que estabelece. Nº 8281

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir os impostos que menciona. Nº 8282

Sugere que os benefícios da Previdência Social prestados pelo poder público e pela inicia-

tiva privada sejam extensivos a todo trabalhador. Nº 8283

Sugere dispositivos sobre a política fundiária. Nº 8284

Sugere dispositivos sobre política agrícola e pecuária. Nº 8285

Sugere dispositivos sobre a atividade agrícola e pecuária e a política fundiária. Nº 8286

JOSÉ FERNANDES (PDT) — Sugere que as pessoas jurídicas de direito público respondam pelos danos que seus funcionários causarem a terceiros. Nº 8133

JOSÉ GENOINO (PT) — Sugere que o servidor público, civil ou militar, não seja obrigado a cumprir ordens que impliquem violação dos direitos fundamentais da pessoa humana e dá outras providências. Nº 8510

Sugere normas sobre a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares e sobre a instalação e funcionamento de usinas nucleares. Nº 8511

JOSÉ GUEDES (PMDB) — Sugere dispositivo sobre a criação e a manutenção da guarda municipal como auxiliar da Polícia Civil. Nº 8140

Sugere dispositivo sobre a destinação das Forças Armadas. Nº 8141

Sugere dispositivo sobre os órgãos encarregados da fiscalização financeira nos Municípios. Nº 8142

Sugere norma que estenda aos Vereadores as imunidades conferidas aos Deputados Federais e Senadores. Nº 8143

Sugere que lei estadual estabeleça requisitos mínimos para a criação de novos Municípios. Nº 8144

Sugere seja admitida a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, insurreição interna, calamidade pública ou direitos trabalhistas de servidores públicos. Nº 8145

Sugere normas sobre o prazo para o erário e a votação da lei orçamentária. Nº 8146

Sugere que seja vedada aos Estados e aos Municípios a oneração tributária nas operações interestaduais para revenda. Nº 8147

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB) — Sugere seja assegurado a todos, na forma da lei, o direito à propriedade territorial rural, nos termos que estabelece. Nº 8152

Sugere seja competência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil o estabelecimento de requisitos e condições para autorização de funcionamento de novos cursos jurídicos. Nº 8153

Sugere norma que discipline o uso da ciência atômica para fins bélicos, e dá outras providências. Nº 8154

Sugere seja proibido aos Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações públicas ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusula unifórmula. Nº 8155



Sugere norma disciplinando a remuneração dos Deputados e Senadores. Nº 8156

Sugere tributação progressiva sobre terreno não edificado em área urbana. Nº 8157

Sugere que a legislação do Imposto de Renda autorize às empresas a dedução da sua receita bruta dos gastos com educação e saúde. Nº 8158

Sugere norma sobre sanção e veto do Presidente da República a projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. Nº 8159

Sugere que a instalação de usinas nucleares seja precedida de consulta plebiscitária às populações das áreas afetadas, nos termos que estabelece. Nº 8160

Sugere a concessão aos Estados e Municípios de percentual do valor das riquezas minerais extraídas em seus territórios. Nº 8161

Sugere a preservação do patrimônio ecológico, a fim de evitar a contaminação e a destruição dos ecossistemas. Nº 8162

Sugere seja fiscalizada a qualidade dos alimentos e dos medicamentos, e dá outras providências. Nº 8163

Sugere seja proibida a propaganda de medicamentos. Nº 8164

Sugere que o ensino público tenha caráter leigo. Nº 8165

Sugere que todos tenham direito à proteção da saúde e aos benefícios da Previdência Social, nos limites e na forma que a lei estabelecer. Nº 8337

Sugere que os bens que constituem o ecossistema do País sejam bens gerais nacionais, exigindo-se ação integrada da União, dos Estados, dos Territórios, dos Municípios e do Distrito Federal, no sentido de preservar tais bens. Nº 8338

Sugere sejam estabelecidos planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Nº 8339

Sugere norma que estabeleça a competência da União para regular e controlar a previdência e a assistência à saúde do setor privado. Nº 8340

Sugere que a lei faculte ao trabalhador a opção entre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o recebimento de parcela equivalente em ações de trabalho. Nº 8341

Sugere seja permitida a apreciação judicial dos atos e efeitos decorrentes dos atos institucionais e atos complementares referidos no artigo 181 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e dá outras providências. Nº 8342

Sugere que a autonomia municipal seja ampliada na forma que especifica. Nº 8343

Sugere sejam considerados imprescritíveis os crimes de tortura praticados por autoridade pública e os de tráfico de entorpecentes. Nº 8344

Sugere que as emissões de moeda e títulos públicos sejam submetidos à apreciação prévia do Congresso Nacional. Nº 8345

Sugere que os benefícios da Previdência Social sejam estendidos aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, conforme estabelece. Nº 8346

Sugere que os programas governamentais de habitação popular tenham a participação das entidades que enumera. Nº 8347

Sugere seja concedida anistia ampla, geral e irrestrita a todos os punidos ou processados com base nos atos de exceção, conforme define. Nº 8348

Sugere que haja liberdade de criação artística e cultural e dá outras providências relativas à censura. Nº 8349

Sugere norma sobre o direito de voto do analfabeto, sobre a duração dos mandatos eleitorais, filiação partidária e dá outras providências. Nº 8350

Sugere que a família, constituída pelo casamento ou por uniões estáveis, baseada na igualdade entre o homem e a mulher, tenha a proteção do Estado. Nº 8351

Sugere que a lei regule os direitos dos deficientes de qualquer natureza. Nº 8352

Sugere que a lei disponha sobre os casos de participação social na administração da justiça. Nº 8353

Sugere norma dispondo sobre a naturalização de estrangeiros residentes no Brasil há mais de cinco anos. Nº 8354

Sugere que seja vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos sobre os templos de qualquer culto e suas dependências, conforme especifica. Nº 8355

Sugere que nenhum sentenciado por pena irrecorrível seja recolhido à prisão sem que haja vaga em estabelecimento penal adequado. Nº 8356

Sugere que a utilização da floresta amazônica se faça na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação da riqueza florestal e do meio ambiente. Nº 8357

Sugere normas dispondo sobre os bens dos Estados. Nº 8358

Sugere que a Constituição contenha norma expressa sobre a proteção das espécies animais. Nº 8359

Sugere a participação do trabalhador na administração dos fundos sociais e previdenciários. Nº 8360

Sugere normas sobre a atividade econômica. Nº 8361

Sugere a isenção de imposto de renda para as despesas das pessoas jurídicas com assistência sanitária, higiênica, médico-hospitalar e dentária dos seus empregados e dependentes. Nº 8362

Sugere que os senadores, os deputados federais, os estaduais e os vereadores fiquem sujeitos à prestação anual de contas referentes ao exercício do mandato, na forma que estabelece. Nº 8363

Sugere a eleição de representantes regionais dos congressistas, para a finalidade que especifica. Nº 8364

Sugere norma fixando critérios sobre o fluxo migratório espontâneo de cada país, e criando órgão orientador dessa política. Nº 8365

Sugere dispositivo sobre o direito de ação contra ato lesivo ao patrimônio público. Nº 8366

Sugere que a lei disponha sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências. Nº 8367

Sugere norma sobre o monopólio estatal do petróleo e seus derivados, e sobre celebração de contratos de risco. Nº 8368

Sugere que a admissão ao serviço público se dê mediante concurso de provas e de títulos, conforme estabelece. Nº 8369

Sugere que o déficit na balança comercial externa dos Estados seja ressarcido pela União, e dá outras providências. Nº 8370

Sugere normas sobre a representação política dos Estados. Nº 8371

Sugere seja competência do Ministério Público a defesa do indivíduo, contra qualquer forma de arbítrio. Nº 8372

Sugere que o trabalho tenha sempre uma remuneração justa, na forma que estabelece. Nº 8373

Sugere norma atribuindo competência privativa ao Presidente da República para escolher, nomear e exonerar os Ministros de Estado. Nº 8374

Sugere prazo para a entrada em vigor das leis que instituem e aumentem impostos, e dá outras providências. Nº 8375

Sugere que o orçamento plurianual seja elaborado de acordo com a forma prevista em lei complementar. Nº 8376

Sugere norma sobre a democratização das universidades e dos estabelecimentos de ensino em geral. Nº 8377

Sugere seja vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas. Nº 8378

Sugere atribuição de competência à União para instituir imposto sobre a importação de minerais e de produtos metalúrgicos e químicos, nas condições que estabelece. Nº 8379

Sugere norma sobre a eleição de Presidente e Vice-Presidente da República em casos de vacância. Nº 8380

Sugere que as entidades paraestatais, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações públicas e serviços sociais e autônomos fiquem sujeitos a licitação pública para contratações. Nº 8381

Sugere seja definido o abuso do poder econômico. Nº 8382

Sugere seja competência do Poder Público subsidiar os meios de transporte de massa. Nº 8383

Sugere que a lei disponha sobre a aquisição de propriedade rural por brasileiro e por estrangeiro. Nº 8384

Sugere que lei complementar disponha sobre a criação de facilidades para o transplante de órgãos. Nº 8385

Sugere seja assegurado ao civil ex-combatente direito no serviço público e na assistência médica, hospitalar, odontológica e educacional. Nº 8386

Sugere que o poder público proteja os valores da família, conforme estabelece. Nº 8465

Sugere normas sobre as operações de crédito para antecipação da receita nos orçamentos da administração indireta da União. Nº 8466

Sugere competência à União para legislar sobre o direito espacial e o direito de defesa Nacional. Nº 8467

Sugere que os órgãos da administração direta, das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas estejam sujeitos às normas de fiscalização financeira e orçamentária. Nº 8468

Sugere norma sobre a imputação, à receita do Estado de origem, de parcela do produto da arrecadação. Nº 8469

Sugere norma sobre a participação dos Estados na receita tributária da União. Nº 8470

Sugere norma sobre a transferência de recursos do Finsocial e das loterias para o fundo de participação dos Municípios. Nº 8471

Sugere que a União crie um fundo compensatório destinado a ressarcir os efeitos causados às finanças dos Estados. Nº 8472

Sugere competência aos Municípios para instituir os impostos que especifica. Nº 8473

Sugere que a União divulgue os montantes de cada um dos impostos e contribuições, e dá outras providências. Nº 8474

Sugere disposições sobre a composição, o funcionamento e as atribuições da comissão permanente do Congresso Nacional, destinada a atuar durante o recesso Parlamentar. Nº 8475

Sugere dispositivo sobre a proporcionalidade da representação partidária na Constituição das comissões. Nº 8476

Sugere dispositivos sobre creche para filhos dos trabalhadores; aposentadoria por tempo de serviço; pagamento de mensalidade por alunos das universidades federais; oficialização das serventias do foro judicial e dos ofícios de registro público; e isenção de imposto a proprietário de gleba rural. Nº 8477

Sugere a criação do contencioso administrativo, nas condições que estabelece. Nº 8478

Sugere seja competência da União a fixação das linhas gerais do planejamento nacional, cabendo aos Estados, aos Municípios, e ao Distrito Federal atuação complementar normativa. Nº 8794

Sugere que ao Estado caiba planejar a política para o progresso científico e tecnológico do País. Nº 8795

Sugere normas que disponham sobre a forma e o sistema de Governo, o direito de voto, a duração dos mandatos de parlamentares, e dá outras providências. Nº 8796

Sugere seja da competência da União instituir impostos para custeio dos encargos da Previdência Social, nas condições que especifica. Nº 8797

Sugere normas sobre educação, saúde e alimentação. Nº 8798

Sugere que o prazo máximo para aposentadoria compulsória seja de 70 (setenta) anos de idade. Nº 8799

Sugere normas de proteção aos templos e de assistência religiosa às Forças Armadas e auxiliares. Nº 8800

Sugere que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios destinem dotações orçamentárias específicas para programas de construção de moradia popular. Nº 8801

Sugere norma sobre a região metropolitana, nas condições que estabelece. Nº 8802

Sugere norma sobre ressarcimento a Estados e Municípios inundados em virtude de represa para produção de energia hidrelétrica, nos termos que estabelece. Nº 8803

Sugere princípios sobre a competência, organização e funcionamento da ouvidoria geral. Nº 8804

Sugere norma que assegure privilégios temporários aos autores de inventos e a utilização dos mesmos pelo Poder Público, nas condições que estabelece. Nº 8805

Sugere seja vedada a isenção tributária, salvo os casos estabelecidos em lei. Nº 8806

Sugere norma sobre competência do Superior Tribunal de Justiça. Nº 8807

Sugere a proibição de estocagem e acúmulo de resíduos atômicos, conforme especifica. Nº 8808

Sugere seja assegurado o direito à vida, desde a concepção até a morte cientificamente comprovada, e que não haja pena de morte ou pena infamante. Nº 8809

Sugere sejam vedadas a guerra de conquista e as alianças externas com finalidade armamentista e beligerante. Nº 8810

Sugere dispositivo sobre a educação. Nº 8811

Sugere norma sobre a participação do cidadão na formação da vontade nacional através do voto. Nº 8812

Sugere norma de proteção à privacidade pessoal e ao segredo profissional, nas situações e condições que especifica. Nº 8813

Sugere normas dispondendo sobre os bens da União. Nº 8814

Sugere a participação paritária de empregados ou servidores públicos e de empregadores nos órgãos diretores da Previdência Social. Nº 8815

Sugere sejam considerados auto-aplicáveis os direitos e as garantias individuais e os direitos sociais dos trabalhadores. Nº 8816

Sugere que se assegure aos professores, aos alunos e ao pessoal técnico-administrativo o direito de participar da gestão das instituições de ensino, nas condições que estabelece. Nº 8817

Sugere dispositivo sobre competência dos tribunais. Nº 8818

Sugere dispositivo sobre os impedimentos do juiz. Nº 8819

Sugere dispositivo sobre a remuneração dos magistrados. Nº 8820

Sugere dispositivo sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Nº 8821

Sugere dispositivo sobre proposta orçamentária do Poder Judiciário e entrega das dotações orçamentárias respectivas. Nº 8822

Sugere que os estrangeiros não sejam extraditados por motivação política. Nº 8823

Sugere que os Estados e os Municípios concedam assistência previdenciária aos seus servidores. Nº 8824

Sugere que não seja admitida em hipótese alguma a prorrogação ou a extensão de mandato político, nas condições que estabelece. Nº 8825

Sugere que a lei institua Fundo Nacional de Saúde, com recursos de dotações orçamentárias federais. Nº 8826

Sugere que se inclua, nos orçamentos das entidades de direito público, a verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais. Nº 8827

Sugere a forma de distribuição do Imposto Único sobre Minerais. Nº 8828

Sugere que seja instituído o monopólio estatal da produção, comercialização e importação farmacêutica. Nº 8829

Sugere que a agricultura mereça a atenção dos Poderes Públicos como fonte produtora de alimentos. Nº 8830

Sugere dispositivos sobre atividades de empresa de mineração. Nº 8831

Sugere seja facilitado o acesso à moradia condigna para as faixas de baixa renda. Nº 8832

Sugere que o Poder Público apóie a organização de cooperativas habitacionais e os projetos de construção de moradias populares em sistema de mutirão. Nº 8833

Sugere dispositivo sobre legitimação de posse de terra. Nº 8834

Sugere que a União destine anualmente parte estipulada da Receita de Impostos a Programas de Pesquisa, assim como os Estados e Municípios. Nº 8835

Sugere que o Estado garanta o direito das pessoas e das instituições à informação sobre exploração do espaço exterior. Nº 8836

Sugere dispositivo sobre a Previdência Social. Nº 8837

Sugere que qualquer forma de atividade econômica objetive o alcance de finalidades sociais, conforme lei. Nº 8838

Sugere dispositivo sobre a responsabilidade social da empresa pública ou privada. Nº 8839

Sugere norma dispondendo sobre os bens da União. Nº 8840

Sugere a criação do Conselho de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia, com finalidade específica. Nº 8841

Sugere que as florestas, os mangues, as regiões do pantanal Mato-grossense e a orla litorânea mereçam especial proteção dos poderes públicos, conforme estabelece. Nº 8842

Sugere norma que defina a figura do abuso do poder econômico e todas as penalidades a serem aplicadas. Nº 8843

Sugere a definição de todas as formas de abuso do poder econômico, e sua repressão. Nº 8844

Sugere que os Estados superavitários na balança comercial com o exterior sejam ressarcidos em 100% (cem por cento) de suas perdas. Nº 8845

Sugere dispositivos sobre a universidade. Nº 8846

Sugere seja atribuída competência aos Estados e ao Distrito Federal para instituir tributo sobre o jogo de azar denominado "jogo do bicho", bem como sua forma de exploração pela iniciativa privada. Nº 8847

Sugere que a lei crie órgãos independentes da administração penitenciária, com a competência que define. Nº 8848

Sugere dispositivo sobre o provimento do cargo de Juiz da Justiça Agrária. Nº 8849

Sugere que o Estado garanta o acesso universal, igualitário e gratuito à assistência sanitária. Nº 8850

Sugere norma que disponha sobre a participação popular, através de "referendum", nas decisões do Estado e no aperfeiçoamento de suas instituições. Nº 8851

Sugere norma dispondo sobre a extradição ou a expulsão de estrangeiros. Nº 8852

Sugere o direito ao ensino público gratuito, em todos os níveis, a quantos demonstrem carência ou insuficiência de recursos. Nº 8853

Sugere que seja proibida a utilização dos rios, mares, lagos e açudes, áreas florestais ou agricultáveis como escoadouros de produtos ou detritos industriais nocivos à vida ou ao meio ambiente. Nº 8854

Sugere que o Estado adote medidas legais e administrativas para salvaguardar a identidade étnica e cultural e a sobrevivência das comunidades indígenas. Nº 8855

Sugere que a União deve formular, executar e controlar a política nacional de saúde, integrando num sistema único os organismos federais, estaduais e municipais, com participação popular em todos os níveis. Nº 8856

Sugere a observância do princípio da livre iniciativa na assistência hospitalar e na área de saúde. Nº 8857

Sugere dispositivo sobre a aposentadoria de professores, nos termos que estabelece. Nº 8858

Sugere dispositivos sobre salário mínimo. Nº 8859

Sugere sejam assegurados ao trabalhador benefícios decorrentes de automação industrial. Nº 8860

Sugere seja assegurada a participação dos trabalhadores e dos acionistas minoritários nas decisões da empresa. Nº 8861

Sugere normas sobre a regulamentação da aposentadoria do servidor público. Nº 8862

Sugere requisitos para a legitimação do direito de greve. Nº 8863

Sugere normas dispondo sobre direitos dos trabalhadores e servidores públicos, conforme estabelece. Nº 8864

Sugere que a iniciativa das leis caiba às assembleias legislativas, conforme estabelece. Nº 8865

Sugere norma sobre a participação do Poder Legislativo na proposta orçamentária da união. Nº 8866

Sugere norma sobre o processo legislativo. Nº 8867

Sugere que os ministros do tribunal de contas da união sejam indicados e nomeados pelo congresso nacional. Nº 8868

Sugere norma dispondo sobre a inviolabilidade dos deputados e senadores no exercício do mandato. Nº 8869

Sugere norma que estabeleça como competência exclusiva do congresso nacional resolver definitivamente sobre tratados, convenções e atos internacionais, nas condições que especifica. Nº 8870

Sugere norma que atribua competência exclusiva ao senado federal para autorizar os empréstimos que especifica. Nº 8871

Sugere seja o Brasil uma república federativa constituída pela união indissolúvel dos estados, do distrito federal e dos municípios. Nº 8872

Sugere que os presos conservem todos os direitos individuais, sociais e políticos previstos na constituição e que não foram afetados pela perda de liberdade. Nº 8873

Sugere que seja assegurada ampla defesa aos acusados; que não haja foro privilegiado nem tribunais de exceção. Nº 8874

Sugere que a liberdade religiosa seja um direito do indivíduo, mas não seja um pretexto para alguém eximir-se das obrigações legais. Nº 8875

Sugere que o estado assegure assistência judiciária gratuita a pessoas carentes. Nº 8876

Sugere normas que considerem a tortura crime contra a humanidade, inafiançável e imprescritível, e dá outras providências. Nº 8877

Sugere normas que disponham sobre a igualdade de direito entre os cidadãos, a preservação dos valores e dos direitos da pessoa humana. Nº 8878

Sugere seja assegurado ao presidiário o respeito aos seus direitos individuais, nas condições que especifica. Nº 8879

Sugere que a lei institua o defensor do povo ou o ouvidor-geral. Nº 8880

Sugere norma sobre criação de juízos populares. Nº 8881

Sugere norma sobre o poder do povo e sobre a legitimação desse poder, conforme estabelece. Nº 8882

Sugere norma sobre participação popular na definição e execução da política de desenvolvimento urbano e habitacional. Nº 8883

Sugere norma sobre anistia ampla, geral e irrestrita. Nº 8884

Sugere norma relativa ao direito de permanência de estrangeiros no País. Nº 8885

Sugere que os Estados, os Territórios e o Distrito Federal constituam uma seção judiciária da Justiça Agrária. Nº 8886

Sugere dispositivo sobre a competência dos juizes da Justiça Agrária. Nº 8887

Sugere normas sobre o exercício da função de advogado. Nº 8888

Sugere disposições gerais sobre o Poder Judiciário. Nº 8889

Sugere que a lei crie e fixe a competência dos juizados de pequenas causas. Nº 8890

Sugere que a segurança nacional seja restrita à defesa do Estado e à preservação dos direitos políticos dos cidadãos. Nº 8891

Sugere que toda forma de trabalho tenha remuneração digna. Nº 8895

JOSÉ LOURENÇO (PFL) — Sugere seja o Brasil uma República Federativa constituída pela união dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios. Nº 8138  
Sugere que a lei organize o Serviço Jurídico da União, nas condições que estabelece. Nº 8139

JOSÉ LUIZ MAIA (PDS) — Sugere norma que disponha sobre tratamento diferenciado e prioritário a ser dado pela União às regiões cujas condições sociais e econômicas apresentem disparidades de desenvolvimento. Nº 8134

JOSÉ SANTANA (PFL) — Sugere que a criação dos Estados ou a alteração de seus territórios dependa da aprovação das respectivas Assembleias Legislativas se do Congresso Nacional. Nº 8609

Sugere norma sobre a simplificação da arrecadação tributária. Nº 8613

Sugere norma sobre a simplificação da arrecadação tributária. Nº 8614

JOSÉ SERRA (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre a forma e as condições de convocação de referendo popular a que deve ser submetido qualquer texto legal. Nº 8610

Sugere seja feita revisão de recursos para o pagamento de indenização de desapropriações. Nº 8611

JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL) — Sugere normas que disponham sobre a data da eleição e a duração do mandato dos governadores e vice-governadores. Nº 8601

Sugere norma sobre a nomeação do presidente do Banco Central. Nº 8602

Sugere seja vedado à União isentar ou reduzir tributos dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal. Nº 8604

Sugere seja criado um tribunal do trabalho na capital de cada Estado, nos territórios e no Distrito Federal. Nº 8606

Sugere normas e princípios fundamentais sobre a igualdade de direitos entre os cidadãos. Nº 8607

Sugere normas sobre a competência dos Ministros de Estado. Nº 8608

JUTAHY JÚNIOR (PMDB) — Sugere seja competência da União legislar sobre normas gerais de direito financeiro. Nº 8605

Sugere a reformulação do sistema tributário com fundamento nas diretrizes e princípios que estabelece. Nº 8612

LÚCIA VÂNIA (PMDB) — Sugere dispositivos sobre direitos e garantias individuais. Nº 8667

Sugere norma sobre a aposentadoria da trabalhadora do lar. Nº 8668

Sugere norma sobre a criação do Estado do Tocantins. Nº 8669

LÚCIO ALCÂNTARA (PFL) — Sugere seja competência exclusiva da União legislar sobre águas, telecomunicações, informática, serviço postal e energia. Nº 8923

Sugere que, no campo das relações internacionais, o Brasil adote princípios pacifistas, dê apoio às manifestações contra a corrida armamentista, e vede a experimentação nuclear no País. Nº 8924

Sugere seja assegurado a todos, na forma da lei, o direito à propriedade rural. Nº 8927

Sugere que a responsabilidade penal tenha início aos 16 (dezesseis) e a maioridade civil aos 18 (dezoito) anos de idade. Nº 8928

Sugere que a legislação federal tenha a denominação de normas gerais e que a estadual seja denominada "Lei Suplementar". Nº 8931

Sugere norma dispondo sobre a participação dos municípios em todos os impostos federais. Nº 8932

Sugere norma concedendo aos vereadores as mesmas imunidades de que gozam os deputados federais. Nº 8935

Sugere que a tipificação e o julgamento dos crimes de responsabilidade dos prefeitos obedçam aos mesmos parâmetros fixados para os governadores e para o Presidente da República. Nº 8936

Sugere seja competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre a defesa do meio ambiente, o patrimônio genético animal e vegetal, os bens de valor científico, histórico, documental, turístico e arqueológico. Nº 8939

Sugere seja obrigatória a participação dos municípios no processo de cálculo das cotas relativas aos tributos federais, conforme estabelece. Nº 8940

Sugere seja competência dos municípios a organização do território municipal, conforme estabelece. Nº 8943

Sugere sejam incluídos entre os bens da União os itens que enumera. Nº 8944

**LUÍZ MARQUES (PFL)** — Sugere norma que assegure a igualdade de direitos entre os trabalhadores. Nº 8502

Sugere seja dada preferência às empresas privadas, na organização e exploração das atividades econômicas, e sejam asseguradas a isenção de tributos e outras concessões às de pequeno porte. Nº 8503

Sugere que ao tradutor de obra literária sejam assegurados os direitos de co-autoria. Nº 8504

Sugere norma que disponha sobre a formação de regiões metropolitanas. Nº 8505

Sugere seja assegurada a igualdade de tratamento para as microempresas urbanas e rurais. Nº 8506

**LUÍZ VIANA NETO (PMDB)** — Sugere que o Governo Federal destine 1% (um por cento) de sua renda tributária à região do vale do São Francisco, para os fins que estabelece. Nº 8296

Sugere norma que defina sociedades estrangeiras. Nº 8297

**MÁRCIA KUBISTHECK (PMDB)** — Sugere norma que estenda à justiça de paz temporária os direitos, as vantagens e as garantias dos juizes temporários. Nº 8058

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir imposto sobre o livro, o jornal e os periódicos e sobre o papel destinado à sua impressão. Nº 8059

Sugere disposições referentes à educação física, à recreação e aos desportos e que o Poder Público destine recursos e crie benefícios fiscais para tal fim. Nº 8060

Sugere norma garantindo os direitos do consumidor. Nº 8061

Sugere norma sobre a região integrada do Planalto Central, estabelecendo sua forma de gestão e criando seu fundo de desenvolvimento. Nº 8062

**MÁRCIO BRAGA (PMDB)** — Sugere norma que disponha sobre a manutenção dos benefícios concedidos aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira. Nº 8527

Sugere seja livre a prática do jogo de azar, desde que a concessão seja exclusividade do Estado e a exploração permitida apenas a brasileiros natos. Nº 8528

Sugere seja a prática do jogo do bicho pela iniciativa privada ou qualquer ato relativo à sua realização ou exploração. Nº 8529

Sugere a instituição de porto de livre comércio no Rio de Janeiro. Nº 8530

Sugere haja autonomia das entidades desportivas dirigentes quanto à sua organização e funcionamento internos; que sejam destinados recursos públicos para promover o desporto educacional e o de alto rendimento, entre outras disposições que enumera. Nº 8531

Sugere que lei estabeleça os casos de isenção tributária a entidades e associações esportivas. Nº 8532

Sugere normas que disponham sobre a competência da União para legislar sobre os serviços notarial e judicial. Nº 8533

Sugere a criação do Ministério das Florestas, na forma que dispõe. Nº 8534

Sugere que na administração pública indireta, exceto autarquias, somente seja admitida a contratação de servidores sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Nº 8535

**MARCOS LIMA (PMDB)** — Sugere que lei federal disponha sobre a política de aproveitamento dos recursos minerais brasileiros. Nº 8670

**MARIA DE LÓURDES ABADIA (PFL)** — Sugere seja garantido ao cidadão o direito de exigir da União a prestação de contas da arrecadação e aplicação dos impostos cobrados. Nº 8111

Sugere seja garantido aos menores o direito à proteção do Estado, da família e da sociedade. Nº 8112

Sugere que as pessoas idosas tenham direito à segurança econômica e social, ao convívio familiar e comunitário que proporcione oportunidades de realização pessoal e supere o isolamento, a marginalização e garanta sua participação na sociedade. Nº 8113

Sugere seja competência do Estado a preservação dos acervos documentais de forma a garantir a permanência das fontes essenciais ao desenvolvimento cultural, educacional, científico, tecnológico e artístico e a reconstrução da História. Nº 8114

Sugere dispositivos sobre a segurança social, a saúde e o meio ambiente. Nº 8115

Sugere que o ensino religioso constitua disciplina dos currículos das escolas oficiais de primeiro e segundo graus. Nº 8116

Sugere que a Constituição seja cumprida e que apenas a vontade popular, expressa em

forma de lei, se sobreponha às suas determinações. Nº 8117

Sugere seja a expressão da verdade a declaração firmada de próprio punho, constituindo crime inafiançável os casos que especifica. Nº 8118

Sugere que os consumidores tenham direito à informação verdadeira, à educação para o consumo, à proteção da saúde, a ser ouvido, à livre escolha e à reparação de danos. Nº 8119

Sugere caiba à União, aos Estados e aos Municípios definir as prerrogativas especiais do inventer nacional, nas condições que estabelece. Nº 8120

**MARIA LÚCIA (PMDB)** — Sugere normas de proteção à família e que sejam estabelecidos direitos iguais aos filhos nascidos fora do casamento. Nº 8507

Sugere normas de proteção à família, ao menor, ao idoso e outras providências. Nº 8508

**MÁRIO COVAS (PMDB)** — Sugere que os poderes públicos garantam a suficiência econômica, as condições de habitação e convívio familiar aos idosos, promovendo seu bem-estar através da criação de um fundo de assistência pelo sistema de seguridade social. Nº 8080

Sugere normas sobre a garantia da Constituição, sua reforma e emendas. Nº 8081

Sugere normas sobre o conceito de inconstitucionalidade e sobre atribuições e composição do tribunal das garantias constitucionais, conforme estabelece. Nº 8082

Sugere norma sobre organização e funcionamento dos partidos políticos, regime democrático, pluripartidarismo e direitos fundamentais da pessoa humana. Nº 8083

Sugere que o Processo Legislativo tenha por objeto a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, ordinárias e delegadas, decretos-leis, decretos legislativos e resoluções. Nº 8084

Sugere princípios asseguratórios da autonomia municipal. Nº 8085

Sugere seja competência dos Estados o estabelecimento de diretrizes gerais de ordenação do seu território, por meio de planos urbanísticos, conforme os limites que determina. Nº 8086

Sugere seja competência da União legislar sobre normas gerais de direito urbanístico. Nº 8087

Sugere normas que disponham sobre os princípios gerais definidores dos direitos e deveres dos cidadãos. Nº 8088

Sugere normas sobre a organização do Estado, a Soberania Nacional, as relações internacionais e a nacionalidade, segundo princípios que enumera. Nº 8089

Sugere normas e princípios gerais sobre a organização do Sistema Tributário, isenções fiscais, vedações e imunidades tributárias e competência da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para instituir impostos. Nº 8090

MÁRIO MAIA (PDT) — Sugere normas dispo-  
nido sobre alimentação complementar para  
os trabalhadores, nas condições que especifi-  
ca. Nº 8758

Sugere a prestação de assistência farmacêu-  
tica pela União e a aquisição de produtos far-  
macêuticos produzidos por empresas nacio-  
nais. Nº 8759

Sugere dispositivo sobre a prestação de servi-  
ços civis, nas condições que estabele-  
ce. Nº 8760

Sugere que as Forças Armadas, ligadas ao  
Ministério da Defesa e integradas pela Mari-  
nha, Exército e Aeronáutica, sejam encarre-  
gadas da Defesa Nacional. Nº 8761

Sugere seja assegurado a todos os trabalha-  
dores, inclusive aos servidores públicos, o di-  
reito de greve e reconhecido aos sindicatos  
o direito de livre manifestação e organização.  
Nº 8762

Sugere que a lei estabeleça critérios iguais  
para fixação do valor das pensões devidas em  
razão do falecimento de servidores civis e mili-  
tares e assegure aos beneficiários de pensão,  
inclusive ao cônjuge sobrevivente, os direitos  
que enumera. Nº 8763

Sugere normas dispoendo sobre os direitos e  
garantias individuais e os direitos sociais do  
trabalhador. Nº 8764

Sugere norma que disponha sobre a Legis-  
lação Eleitoral. Nº 8765

Sugere que o Serviço Militar seja voluntário  
quando em tempo de paz, e homens e mulhe-  
res possam ser convocados em caso de guer-  
ra ou para integrar organizações de defesa  
civil. Nº 8766

MAURÍCIO CORRÊA (PDT) — Sugere que  
na elaboração dos orçamentos anual e pluri-  
anual, em tempo de paz, sejam consideradas  
como prioridades absolutas a educação, saú-  
de, habitação, segurança e pesquisa. Nº  
8509

Sugere normas sobre a organização e compe-  
tência do Tribunal Superior Federal, dos Tri-  
bunais Regionais Federais e Juizes Federais.  
Nº 8676

Sugere que lei complementar disponha sobre  
a obrigatoriedade da criação de juizados espe-  
ciais, nas condições que estabelece. Nº 8677

Sugere norma que disponha sobre a inviolabi-  
lidade do advogado no exercício de sua profis-  
são e que atribua competência à Ordem dos  
Advogados do Brasil para tomar uma série  
de medidas. Nº 8678

Tribunais que compõem o Poder Judiciário.  
Nº 8679

Sugere norma que disponha sobre a irreduti-  
bilidade dos proventos dos juizes e dá outras  
providências. Nº 8680

Sugere que lei federal disponha sobre os per-  
centuais mínimos obrigatórios de nomeação,  
admissão e contratação de mulheres e de me-  
nores, de ambos os sexos, para os quadros  
das empresas públicas e privadas, nas condi-  
ções que estabelece. Nº 8681

Sugere disposições relativas à instalação de  
assembleia legislativa no Distrito Federal. Nº  
8682

Sugere seja adotado o instituto da área máxi-  
ma para a propriedade rural, e determinada  
a competência de sua regulamentação legal.  
Nº 8683

Sugere seja elaborado o diploma legal dos  
contratos de serviços para exploração de pe-  
tróleo com cláusulas de risco. Nº 8684

Sugere restrição à propriedade de terras, con-  
forme determina. Nº 8685

Sugere que o desenvolvimento tecnológico  
seja prioritário, e que o Estado assegure às  
empresas nacionais o estímulo necessário e  
a reserva do mercado interno. Nº 8686

Sugere que o Estado garanta às famílias que  
as desejarem a educação e a assistência às  
crianças do nascimento aos seis anos, em ins-  
tituições específicas. Nº 8687

Sugere que a educação seja dever do Estado  
e direito de todos, nas condições que estabele-  
ce. Nº 8688

Sugere que o poder público assegure a liber-  
dade da manifestação criadora e garanta pre-  
servação de bens culturais, conforme estabe-  
lece. Nº 8689

Sugere que o ensino privado seja permitido  
mas, em nenhuma hipótese, subsidiado pelo  
poder público. Nº 8690

Sugere mecanismos de cooperação entre a  
União, Estados, Distrito Federal, Municípios  
e regiões metropolitanas que assegurem a  
realização dos serviços metropolitanos. Nº  
8691

Sugere a consignação de recursos dos pode-  
res públicos necessários ao planejamento,  
execução e continuidade dos serviços metro-  
politanos. Nº 8692

Sugere que lei complementar estabeleça re-  
giões metropolitanas por agrupamento de Mu-  
nicípios de uma mesma região, nas condições  
que define. Nº 8693

Sugere que lei complementar disponha sobre  
a criação, a competência, a organização de  
recursos e os planos dos órgãos regionais de  
desenvolvimento econômico. Nº 8694

Sugere norma sobre a organização da justiça  
dos Estados e do Distrito Federal, a justiça  
de paz temporária e os direitos e vantagens  
de seus juizes. Nº 8695

Sugere a vinculação judiciária dos Territórios  
Federais aos Estados, mais próximos, nas  
condições que especifica. Nº 8696

Sugere normas sobre o incentivo à pesquisa  
e ao ensino científico e tecnológico. Nº 8697

Sugere que as empresas privadas sejam obri-  
gadas a assegurar condições de aprendiza-  
gem aos seus trabalhadores menores e a pro-  
mover o preparo e os aperfeiçoamento de seu  
pessoal qualificado. Nº 8698

Sugere dispositivo que, com base no princípio  
de liberdade do pensamento, limite a censura  
à classificação dos espetáculos por faixas etá-  
rias. Nº 8699

Sugere que o poder público se responsabilize  
pela assistência educacional especializada e  
gratuita aos deficientes físicos e mentais. Nº  
8700

Sugere que sejam reconhecidos às crianças,  
aos adolescentes e aos idosos os direitos  
específicos referentes às necessidades e ca-  
racterísticas de cada idade. Nº 8701

Sugere norma dispoendo sobre o direito de  
voto, conforme estabelece. Nº 8702

Sugere que o efetivo amparo à cultura pressu-  
ponha, entre outros dispositivos, a preserva-  
ção de todas as modalidades de expressão  
e da memória nacional. Nº 8703

Sugere seja proibida a violência contra a crian-  
ça, conforme estabelece. Nº 8704

Sugere que sejam assegurados em todo o  
sistema de educação pública, até o segundo  
grau, alimentação, assistência médico-hospi-  
talar e odontológica. Nº 8705

Sugere que o Estado promova e garanta o  
desenvolvimento da criança desde a sua con-  
cepção, assegurando equipamentos sociais  
de saúde e educação adequados às neces-  
sidades das diferentes faixas etárias. Nº 8706  
Sugere dispositivos sobre a fiscalização finan-  
ceira e orçamentária, a organização e as atri-  
buições do Tribunal de Contas da União, con-  
forme estabelece. Nº 8707

Sugere normas dispoendo sobre os poderes  
da União Federal. Nº 8708

Sugere que a lei orgânica dos Tribunais de  
Contas do Brasil estabeleça normas relativas  
à sua composição, organização, competência  
e funcionamento. Nº 8709

Sugere que, em nenhuma hipótese, os pode-  
res Executivo, Legislativo e Judiciário, em to-  
dos os níveis, possam despender recursos fi-  
nanceiros e orçamentários para pagamento  
de qualquer tipo de publicidade relativa a seus  
respetivos atos. Nº 8710

Sugere que todos os veículos de comunicação  
sejam explorados exclusivamente por funda-  
ções ou sociedades sem fins lucrativos. Nº  
8711

Sugere que o Conselho Nacional de Comuni-  
cação Social, com representantes em todos  
os Estados, tenha competência para decidir  
sobre a concessão de canais de rádio ou televi-  
são. Nº 8712

Sugere normas sobre a criação e composição  
do Conselho Nacional de Comunicação So-  
cial. Nº 8713

Sugere que a comunicação social seja um  
direito fundamental da cidadania e monopólio  
do Estado, obedecidos os princípios que enu-  
mera. Nº 8714

Sugere norma que disponha sobre os obje-  
tivos da política tributária. Nº 8715

Sugere seja vedada a instituição de normas  
tributárias diferenciadas ou discriminatórias  
entre a União, os Estados, os Municípios e  
o Distrito Federal. Nº 8716

Sugere seja competência do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição a formulação da política nacional do setor. Nº 8717

Sugere que as empresas com mais de cem (100) trabalhadores de ambos os sexos sejam obrigadas a manter creche e escola matenal para os filhos de seus empregados, nos termos que estabelece. Nº 8718

Sugere que o trabalho do menor seja regulado em legislação especial, nas condições que estabelece. Nº 8719

Sugere norma sobre a eleição dos governadores e dos vice-governadores dos Estados e do Distrito Federal, e sobre a regulamentação da propaganda eleitoral. Nº 8720

Sugere norma sobre a realização da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, obedecidas as condições que enumera. Nº 8721

Sugere a exigência de concursos públicos de provas ou de provas e títulos para o acesso aos cargos públicos, exceto para os casos que enumera. Nº 8722

Sugere dispositivo sobre a aposentadoria. Nº 8723

Sugere norma sobre a organização, competência e os princípios do Ministério Público. Nº 8724

Sugere dispositivo sobre a advocacia da União. Nº 8725

Sugere que lei complementar defina os casos e os prazos de inelegibilidade. Nº 8726

Sugere sejam eleitores os brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos e que o voto não seja obrigatório. Nº 8727

Sugere dispositivo sobre o direito de respostas, sem prejuízo da indenização e da ação penal respectivas. Nº 8728

Sugere a gratuidade dos registros civis que enumera. Nº 8729

Sugere dispositivo sobre os direitos personalíssimos e a sua proteção pelo Estado. Nº 8730

Sugere disposições sobre o direito de representação e de petição do cidadão contra ilegalidade ou abuso do poder de autoridade pública. Nº 8731

Sugere dispositivo sobre a igualdade e contra qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos ou relativa a sexo ou a estado civil. Nº 8732

Sugere dispositivo sobre a exigência de flagrante delito ou ordem escrita e decisão fundamentada da autoridade competente para a prisão de qualquer pessoa. Nº 8733

Sugere dispositivo que discipline o uso da informática em função da privacidade do cidadão, do acesso às referências e informações pessoais e do **habeas data**. Nº 8734

Sugere dispositivos sobre a saúde. Nº 8735

Sugere normas que disponham sobre os crimes de responsabilidade do Presidente da República. Nº 8736

Sugere normas dispondendo sobre contratos firmados entre brasileiros e representações diplomáticas estrangeiras sediadas no Brasil. Nº 8737

Sugere que o Congresso Nacional se reúna, na Capital da União, de 1º de março a 20 de dezembro. Nº 8738

Sugere norma sobre a função do advogado e sobre a competência da Ordem dos Advogados do Brasil, como enumera. Nº 8739

Sugere que a prescrição, por abuso de poder, não ocorra antes da cessação do poder. Nº 8740

Sugere seja assegurado o direito de greve aos trabalhadores assalariados, inclusive servidores públicos civis. Nº 8741

Sugere norma que discipline a legislação suplementar dos Estados e do Distrito Federal, subordinando-a à lei federal. Nº 8742

Sugere dispositivo sobre autonomia do Distrito Federal. Nº 8743

Sugere norma relativa à distribuição de receitas para o distrito federal. Nº 8744

Sugere seja garantido aos Estados e ao Distrito Federal, quando incluídos no âmbito das atividades dos órgãos regionais de desenvolvimento, a efetiva participação nos mesmos. Nº 8745

Sugere dispositivo sobre igualdade entre os brasileiros, inclusive os naturalizados, exceto quanto ao acesso à Presidência da República. Nº 8746

Sugere norma sobre a composição dos tribunais, nas condições que especifica. Nº 8747

Sugere a extinção das serventias extrajudiciais, oficializados ou não, e demais disposições que especifica. Nº 8748

Sugere que o Poder Legislativo, através de lei ordinária, regule as condições de acesso ao último posto da hierarquia militar nas Forças Armadas. Nº 8749

Sugere norma sobre o número de membros dos tribunais, de juízos e varas, e dá outras providências. Nº 8750

Sugere normas dispondendo sobre as eleições e a duração dos mandatos de governador, vice-governador e deputados estaduais. Nº 8751

Sugere normas que promovam no País uma anistia ampla, geral e irrestrita aos civis e militares punidos por motivação política. Nº 8752

Sugere que o Brasil não mantenha relações diplomáticas com Estados soberanos nos quais seja praticada a discriminação racial. Nº 8753

Sugere que os Estados e o Distrito Federal reajam e se organizem pelas constituições e leis que adotarem. Nº 8754

Sugere que as penas de reclusão sejam cumpridas em estabelecimentos penais capazes de permitir aos detentos o exercício de uma atividade profissional. Nº 8755

Sugere seja assegurado ao funcionário que se encontrar à disposição de outro órgão público, no ato da promulgação da Constituição, o direito de optar por um dos órgãos. Nº 8756

Sugere seja assegurado a todos o direito de aquisição de casa própria. Nº 8758

Sugere norma que assegure a aposentadoria da mulher casada no meio rural. Nº 8757

MAX ROSENMANN (PMDB) — Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional a edição de norma material tributária. Nº 8565

Sugere norma sobre o regime de incentivos apropriados para assegurar a eficácia das funções de fiscalização e arrecadação de tributos e contribuições. Nº 8566

Sugere seja prevista em legislação a compensação financeira para a perda de receita decorrente da concessão de incentivo fiscal ou outra medida. Nº 8567

Sugere seja o Serviço Público Federal estruturado em carreiras, segundo o princípio da competência por matéria e tendo como limite de cada carreira o respectivo corpo técnico. Nº 8568

Sugere que o Orçamento da União possa ser corrigido monetariamente pelo Congresso Nacional, mediante proposta fundamentada do Presidente da República. Nº 8569

Sugere seja considerada atividade econômica aquela realizada no recesso do lar. Nº 8570

Sugere que o Governo garanta, proteja e estimule as atividades turísticas, nos termos da lei. Nº 8571

Sugere que a admissão no serviço público dependa de aprovação em concurso, salvo para cargos em comissão ou função de confiança. Nº 8572

Sugere seja vedado aos órgãos públicos da administração direta contribuir para entidades de previdência privada. Nº 8573

Sugere seja vedada a criação de fundo financeiro com uso de recursos públicos. Nº 8574

Sugere seja assegurado aos trabalhadores direito à estabilidade, indenização, quando despedidos, ou fundo de garantia equivalente. Nº 8575

Sugere a fixação da jornada de trabalho em 48 horas, sendo possível a redução até 40 horas semanais, mediante acordo entre empregadores, sindicatos e empregados. Nº 8576

Sugere dispositivo que inclua na competência do Congresso Nacional, entre outros itens, a obrigação de velar pela compatibilização dos planos ou programas e orçamentos, promover a unificação orçamentária ao nível de orçamentos e unidades, emendar o Orçamento da União. Nº 8577

Sugere seja vedada a acumulação de cargos e funções públicas, exceto nos casos que enumera. Nº 8578

Sugere sejam revogadas todas as normas legais que, de qualquer forma, impliquem discriminação relativas a sexo ou a estado civil, ou a favoreçam. Nº 8579

Sugere norma dispondendo sobre a aposentadoria do professor. Nº 8580

Sugere a proibição de locação de mão-de-obra urbana através de empresas. Nº 8581

Sugere seja proibida a remuneração do trabalho de forma variável e seja garantida sempre uma parcela fixa, nunca inferior ao salário mínimo. Nº 8582

Sugere norma sobre a composição dos Tribunais Regionais do Trabalho. Nº 8583

Sugere a obrigatoriedade de manutenção de creche e/ou escola maternal pelas empresas que tenham mais de cem trabalhadores. Nº 8584

Sugere normas dispondo sobre os direitos do trabalhador. Nº 8588

MYRIAN PORTELLA (PDS) — Sugere a criação de auditorias populares para fiscalização dos serviços públicos. Nº 8093

Sugere dispositivo sobre ação anulatória de até do poder público na forma que especifica. Nº 8094

Sugere dispositivo sobre a apreciação judicial de ato lesivo a direito individual ou interesse coletivo. Nº 8095

Sugere a limitação dos gastos com pessoal do serviço público, a necessidade de concurso público para a admissão de servidores e a possibilidade de contratação de pessoal para a prestação de serviço temporário. Nº 8096

Sugere que qualquer cidadão seja parte legítima para proporção anulatória de atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao interesse social, e determina outras providências. Nº 8097

Sugere normas para criação de um programa de controle das migrações internas. Nº 8098

Sugere que a lei não possa excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão a direito individual ou aos interesses coletivos e assegure a todos o direito de representação por ação ou omissão dos poderes públicos. Nº 8099

Sugere que o juiz atenda, na aplicação da lei, aos princípios da justiça social. Nº 8100

Sugere dispositivo sobre atos atentatórios ao uso social da propriedade. Nº 8101

Sugere seja estabelecido em lei especial o regime jurídico dos servidores das sociedades de economia mista, empresas públicas e entes paraestatais de cooperação com o poder público. Nº 8102

Sugere dispositivo sobre a defensoria pública. Nº 8103

Sugere que nenhum trabalhador tenha o seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa por motivos políticos ou ideológicos. Nº 8104

Sugere norma que disponha sobre a justiça gratuita. Nº 8105

Sugere seja obrigatório o regime jurídico estatutário para os servidores da administração direta e autárquica. Nº 8106

Sugere que atos de liberalidade praticados por dirigentes de empresas públicas sejam considerados crimes. Nº 8107

Sugere dispositivos sobre o Conselho Monetário Nacional sua organização, funcionamento e a nomeação de seus membros. Nº 8108

Sugere a instituição do tribunal do júri para julgamento dos crimes que especifica. Nº 8109

Sugere que a prática de nepotismo e de empreguismo seja punida na forma que estabelece. Nº 8110

NARCISO MENDES (PDS) — Sugere que nenhum servidor público possa acumular car-

gos, exceto o professor, a quem será permitida apenas uma acumulação. Nº 8170

Sugere norma que disponha sobre o direito ao trabalho. Nº 8171

Sugere limite de salários e vantagens para o servidor público. Nº 8772

Sugere normas sobre a desapropriação e a indenização de propriedades. Nº 8173

Sugere que o acesso ao serviço público federal, estadual e municipal seja feito unicamente por concurso e que este seja realizado conforme a lei. Nº 8174

Sugere o confisco de bens dos que enriquecerem ilícitamente no exercício de suas funções. Nº 8175

Sugere que a imprensa não sofra qualquer tipo de censura. Nº 8176

Sugere que a casa seja o asilo inviolável do indivíduo e somente com o consentimento do morador se possa nela penetrar. Nº 8413

Sugere seja obrigação do Estado eliminar o analfabetismo. Nº 8414

Sugere seja criado o programa "A Hora do Brasil", conforme estabelece. Nº 8415

Sugere que a atividade econômica seja exercida pela iniciativa privada e que o Estado promova o seu fortalecimento. Nº 8416

Sugere normas sobre o papel das Forças Armadas e sua subordinação ao Presidente da República. Nº 8417

Sugere seja assegurado à mulher o direito de decidir o número de filhos que desejar. Nº 8418

Sugere normas sobre o direito de voto. Nº 8419

Sugere que a tortura e as penas ou tratamentos cruéis constituam crime inafiançável, conforme especifica. Nº 8420

NELSON WEDEKIN (PMDB) — Sugere que o Estado assegure a todos educação universal, pública e gratuita em todos os níveis. Nº 8049

Sugere a exigência de concurso público para o ingresso de novos servidores na administração pública. Nº 8050

Sugere restrições aos direitos de propriedade do inventor e do pesquisador. Nº 8429

Sugere uma política agrícola nacional com maior estímulo ao pequeno e médio agricultor. Nº 8430

Sugere que o Congresso Nacional fixe os limites globais para a dívida consolidada externa e interna da administração pública direta e indireta. Nº 8431

Sugere que, na sociedade conjugal, o homem e a mulher tenham plena igualdade de direitos e deveres, podendo o pátrio poder ser exercido por qualquer um deles. Nº 8432

Sugere seja reconhecido o direito de greve, nas condições que estabelece. Nº 8433

Sugere a responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios pela qualidade do meio ambiente e sua recuperação. Nº 8434

Sugere seja assegurado aos servidores públicos, candidatos a postos eletivos, o direito de licenciarem-se antes e depois das eleições. Nº 8435

Sugere que nenhum benefício da seguridade social tenha valor inferior a um salário mínimo. Nº 8436

Sugere seja obrigatória a participação de empregados na gestão de empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquias e fundações mantidas pelo poder público. Nº 8437

Sugere referendo popular para todas as questões que o Congresso Nacional entender relevantes ou polêmicas, na forma que dispõe. Nº 8438

Sugere que o Congresso Nacional reexamine todas as concessões e alienações de terras da União, dos Estados e dos Municípios, na forma que estabelece. Nº 8439

Sugere seja assegurada a representação dos trabalhadores na gestão dos organismos da administração pública incumbidos da formulação e implementação de normas, políticas e programas afetos a seus interesses. Nº 8440

Sugere dispositivos sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, a competência do Tribunal de Contas da União, a auditoria financeira e o julgamento das contas dos administradores. Nº 8441

Sugere que legislação ordinária defina os setores da economia em que a autonomia tecnológica e industrial ainda não haja atingido grau de desenvolvimento compatível com as necessidades do País, conforme especifica. Nº 8442

Sugere licença remunerada à empregada gestante, e dá outras providências. Nº 8443

Sugere que permaneçam inalienáveis as terras habitadas pelos silvícolas, e dá outras providências. Nº 8444

Sugere dispositivo sobre assistência judiciária gratuita. Nº 8445

Sugere seja assegurado incentivo ao cooperativismo e ao associativismo, pelo poder público. Nº 8446

NELTON FRIEDRICH (PMDB) — Sugere a concessão de mandado de segurança coletivo para proteção de direito líquido e certo não amparado por **habeas corpus**. Nº 8953

Sugere que a ordem econômica da República seja fundamentada em princípios de justiça social. Nº 8954

Sugere que a lei regule o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, no prazo que estabelece. Nº 8955

Sugere que em cada exercício financeiro seja destinado percentual do Orçamento da União para a educação, conforme especifica. Nº 8957

Sugere que as organizações populares, devidamente constituídas, possam intervir na solução dos problemas políticos, econômicos, sociais e culturais. Nº 8958

Sugere seja assegurado ao cidadão o direito de se defender dos crimes contra a qualidade de vida. Nº 8959

Sugere norma disciplinando a criação e o funcionamento de comissões de inquérito. Nº 8960

Sugere caiba ao Estado defender os interesses da mini, pequena e média propriedade industrial, comercial ou agrícola, conforme determina. Nº 8961

Sugere indenização para casos de extração mineral ou de áreas inundadas para construção de represas hidrelétricas. Nº 8962

Sugere seja competência do Congresso Nacional legislar sobre o regime dos bancos e escolher o Presidente do Banco Central da República. Nº 8963

Sugere que o Congresso Nacional discuta e vote, no prazo que estabelece, os projetos subscritos por 30 (trinta) mil eleitores. Nº 8964

Sugere que os partidos políticos estipulem livremente sua forma de organização e de funcionamento, na forma que estabelece. Nº 8965

Sugere que a União possa desapropriar terras rurais ou áreas urbanas ociosas, para os fins que justifica. Nº 8966

Sugere norma sobre bens da União. Nº 8967

Sugere norma dispondo sobre a inviolabilidade da constituição. Nº 8968

Sugere a desvinculação do direito de construir do direito de propriedade. Nº 8969

Sugere que a questão da moradia seja tratada dentro do contexto do desenvolvimento urbano. Nº 8970

Sugere norma estabelecendo uma modalidade de organização geral do País, que tenha por base a regionalização, na qual se admitam as esferas macrorregional e microrregional. Nº 8971

Sugere normas sobre direitos do trabalhador. Nº 8972

Sugere dispositivo sobre o regime de propriedade imobiliária urbana. Nº 8973

Sugere norma dispondo sobre a criação do Ministério da Defesa e sobre a competência exclusiva do Congresso Nacional para legislar sobre a organização da defesa nacional. Nº 8974

Sugere seja assegurado à população o direito de informação relativo ao plano de estruturação urbana, nas condições que especifica. Nº 8975

Sugere que a lei estabeleça condições para a ordenação do território visando à racional utilização dos recursos naturais. Nº 8976

Sugere que o uso de substâncias destinadas ao controle e ao combate de pragas e de doenças fique condicionado a prévio parecer de pesquisadores nacionais, conforme determina. Nº 8977

Sugere que o Brasil seja uma república federal, fundada no estado de direito democrático e social, com base na soberania popular, conforme estabelece. Nº 8979

Sugere norma dispondo sobre a urgência de projetos de lei ou de resolução. Nº 8980

Sugere que o uso do solo e dos recursos naturais fique subordinado aos interesses sociais. Nº 8983

Sugere não sejam objeto de monopólio ou encampamento os meios de comunicação e expressão social, conforme estabelece. Nº 8984

ODACIR SOARES (PFL) — Sugere seja assegurado aos trabalhadores o direito à representação classista nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho. Nº 8166

Sugere normas que disponham sobre a expedição de decreto-lei. Nº 8167

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional deliberar sobre tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República, nas condições que estabelece. Nº 8168

Sugere a obrigatoriedade de as instituições financeiras aplicarem, pelo menos, 10% dos recursos captados no município em projetos de desenvolvimento local. Nº 8169

Sugere normas sobre proteção aos deficientes físicos, mentais e sensoriais; e que sejam criados incentivos fiscais para esse fim. Nº 8332

Sugere seja dever de todos os cidadãos e atribuição prioritária da União, dos Estados e dos Municípios a proteção ao meio ambiente. Nº 8333

Sugere norma disciplinando o sistema tributário nacional. Nº 8334

Sugere seja competência do município instituir os impostos que enumera. Nº 8335

Sugere sejam elegíveis os brasileiros maiores de 18 anos e os menores emancipados, desde que alistados na forma da lei. Nº 8336

OLAVO PIRES (PMDB) — Sugere que aos candidatos a cargos eletivos seja assegurado o direito à propaganda política. Nº 8326

Sugere normas sobre a criação de novos municípios com base no número de eleitores. Nº 8327

Sugere que nenhum estado autônomo seja criado sem uma população mínima de 500 (quinhentos) mil habitantes. Nº 8328

Sugere seja considerado integrado à comunidade nacional o índio portador de título de eleitor. Nº 8329

Sugere que sejam brasileiros os estrangeiros com descendência brasileira que residam no Brasil há mais de 50 anos, nas condições que estabelece. Nº 8330

Sugere a isenção de Imposto de Renda para os inativos a partir de 60 anos de idade. Nº 8331

ONOFRE CORRÊA (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre a criação, organização e competência, em cada município, do conselho de cidadãos. Nº 8479

Sugere norma que disponha sobre a criação, em cada município, da comissão do povo com a finalidade de analisar contas, investimentos, aplicação de gastos públicos e apurar denúncias de corrupção. Nº 8480

Sugere que os presidiários tenham o direito do voto, embora ineleáveis. Nº 8481

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB) — Sugere que, quanto à atividade econômica, a Lei possa estabelecer diferença em favor dos nacionais. Nº 8788

Sugere que a União destine trinta por cento dos recursos alocados para construção de habitação no meio rural. Nº 8789

Sugere que os Estados e Municípios destinem cinquenta por cento das áreas dos logradouros públicos à produção comunitária de alimentos. Nº 8790

Sugere que o Imposto Territorial Rural não incida sobre as glebas rurais que especifica. Nº 8791

Sugere que as empresas produtoras de inseticidas biológicos sejam isentas de Imposto de Renda. Nº 8792

Sugere a criação do Fundo Nacional Interpartidário. Nº 8793

OTTOMAR PINTO (PTB) — Sugere a extinção da enfiteuse, propiciando ao detentor da propriedade foreira o domínio pleno da mesma. Nº 8309

Sugere que a eleição dos membros do Poder Executivo se dê por sufrágio universal, direto e secreto, noventa dias antes do término dos mandatos, por maioria absoluta de votos, para um mandato de quatro anos, assegurado o direito à reeleição, e dá outras providências. Nº 8310

Sugere norma definindo empresa nacional, entre outras que enumera. Nº 8311

Sugere que os Territórios de Roraima e Amapá sejam convertidos em Estados, e dá outras providências. Nº 8312

Sugere que todos tenham direito à seguridade social e que seja dever do Estado organizar, coordenar e manter um sistema de previdência e assistência social. Nº 8313

Sugere norma sobre a competência do Presidente da República, dos Ministros de Estado e do Conselho de Estado. Nº 8314

PAES LANDIM (PFL) — Sugere seja assegurado a todos o direito à educação inspirada nos ideais de liberdade e solidariedade, nas situações e condições que enumera. Nº 8287

Sugere seja assegurado o direito de greve aos trabalhadores, exceto aos dos serviços públicos e atividades essenciais. Nº 8288

Sugere seja assegurada a liberdade de associação aos trabalhadores e empregadores, exceto aos servidores públicos. Nº 8289

Sugere normas que disponham sobre a composição, organização e competências dos tribunais e Juízos do Trabalho. Nº 8290

Sugere norma que disponha sobre as convenções coletivas de trabalho. Nº 8291

Sugere que não possa ser nomeado para cargo em órgãos do Poder Judiciário, salvo mediante aprovação em concurso público, cônjuge ou parente, até o quinto grau, dos magistrados em atividade. Nº 8292

Sugere a regulamentação, em lei complementar, da criação de conciliadores. Nº 8293

Sugere caiba recurso ao Supremo Tribunal Federal de qualquer decisão dos tribunais superiores que contrariarem a Constituição. Nº 8294

Sugere norma sobre a organização do Poder Judiciário. Nº 8295

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB) — Sugere que todo cidadão tenha direito a um ambiente



ecologicamente equilibrado, e seja regulamentada a participação da comunidade para definir e executar a política de meio ambiente. Nº 8177

Sugere dispositivos sobre o direito à seguridade social. Nº 8178

Sugere norma sobre o dever do Estado de assegurar a todos acesso à educação, igualdade de direitos e garantias entre homens e mulheres, aplicação de porcentagem dos recursos na educação e regionalização dos conteúdos pedagógicos. Nº 8179

Sugere dispositivos sobre a organização judiciária dos territórios. Nº 8180

**RACIL FERRAZ (PMDB)** — Sugere que lei regularmente o Ministério Público fiscal da União. Nº 8526

**RENAN CALHEIROS (PMDB)** — Sugere seja criado um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, conforme específica. Nº 8121

**RENATO VIANNA (PMDB)** — Sugere seja vedada, em todas as suas formas, a locação de força de trabalho, inclusive para mão-de-obra rural. Nº 8122

Sugere sejam contados em dobro, para efeito de aposentadoria, os períodos correspondentes aos mandatos legislativos exercidos gratuitamente pelos vereadores. Nº 8123

Sugere que a instituição de impostos sobre a propriedade territorial rural seja da competência da União. Nº 8124

**RONALDO CARVALHO (PMDB)** — Sugere dispositivos que assegurem a livre iniciativa na atividade econômica e a intervenção estatal na economia, sempre com autorização legislativa. Nº 8001

Sugere seja assegurado àqueles que participem de guerras o sustento de seus dependentes durante sua ausência e, com a desmobilização, os direitos que menciona. Nº 8002

Sugere sejam mantidas ao servidor aposentado todas as vantagens em relação ao respectivo cargo na ativa. Nº 8003

Sugere seja assegurado a todos os trabalhadores e servidores públicos o direito de sindicalização e de greve. Nº 8004

Sugere que as atividades de fiscalização de tributos e contribuições, da magistratura, do Ministério Público, da diplomacia e da polícia, sejam regidas por estatuto próprio. Nº 8005

Sugere que os proventos da inatividade sejam iguais aos salários e vencimentos dos servidores em atividade. Nº 8006

Sugere que seja criado o Conselho Nacional de Comunicação, subordinado à Presidência da República. Nº 8007

Sugere seja competência da União legislar sobre a organização, o armamento efetivo, a instrução, a justiça e as garantias da polícia militar. Nº 8008

Sugere que os Estados e os municípios possam criar suas próprias leis, para fins que estabeleça. Nº 8009

Sugere a adoção de critérios iguais para a fixação do valor das pensões de servidores civis e militares. Nº 8010

Sugere que o Serviço Público Federal seja estruturado em carreiras, sendo a matéria regulamentada por lei. Nº 8011

Sugere normas que disponham sobre as empresas concessionárias de serviços públicos. Nº 8012

Sugere que o Estado tenha obrigação de promover e proteger a tecnologia e a engenharia nacionais. Nº 8013

Sugere que a União deva elaborar um Código Nacional de Recursos Naturais. Nº 8014

Sugere que todo cidadão tenha livre acesso às informações disponíveis a seu respeito. Nº 8015

Sugere que se incluam entre os bens dos municípios os terrenos de marinha e os acrescidos em seus territórios. Nº 8016

Sugere que as condições para provimento de cargos públicos, estabilidade, disponibilidade e aposentadoria de servidores públicos sejam as constantes da Constituição. Nº 8017

Sugere a obrigatoriedade de concurso público para admissão de servidores pelos Tribunais Federais e Estaduais, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, pelas Assembleias Legislativas e pelas Câmaras Municipais, após criação dos cargos por lei. Nº 8018

Sugere seja competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cobrar a Contribuição de Melhoria, para os fins que estabeleça e nas condições que especifique. Nº 8019

Sugere que os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituam propriedade distinta da do solo, assegurada ao proprietário do solo a preferência para efeito de sua exploração ou aproveitamento industrial. Nº 8020

Sugere que a demissão somente seja aplicada ao funcionário em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. Nº 8021

Sugere que se aplique a Legislação Trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras ou contratados para função de natureza técnica especializada. Nº 8022

Sugere dispositivo que assegure aos brasileiros o controle acionário das empresas de comunicação. Nº 8023

Sugere plebiscito municipal sempre que a União ou os Estados pretenderem implantar grandes obras que possam trazer risco aos moradores do município. Nº 8024

Sugere que sejam inalienáveis os bens públicos da União, dos Estados, dos Municípios e de outras pessoas públicas. Nº 8025

Sugere que a União e os Estados repassem, automaticamente, no ato do recolhimento, as parcelas dos impostos federais e estaduais devidos aos municípios. Nº 8026

Sugere que os produtos farmacêuticos para uso público sejam adquiridos nas empresas nacionais quando disponíveis. Nº 8027

Sugere seja vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto nos casos relacionados. Nº 8028

Sugere que o acesso aos cargos públicos dependa da aprovação prévia em concurso público. Nº 8029

Sugere que os estados que tiverem suas áreas inundadas por barragens de usinas hidrelétricas sejam ressarcidos em função da perda de produção agrícola. Nº 8030

Sugere o reconhecimento, pelo Poder Público federal e estadual, das regiões microrregionais homogêneas, para os fins que estabelece. Nº 8031

Sugere que os estados devam criar o serviço de proteção e amparo ao inventor. Nº 8032

**RONARO CORRÊA (PFL)** — Sugere a extinção da vitaliciedade dos juizes. Nº 8672

Sugere norma que estenda à justiça de paz os direitos, as vantagens e as garantias dos juizes temporários. Nº 8673

Sugere normas sobre os proventos de servidores públicos inativos. Nº 8674

Sugere que seja assegurado aos trabalhadores o direito de greve. Nº 8675

**RUBEM BRANQUINHO (PMDB)** — Sugere que a união destine em seu orçamento geral parcela da renda tributária nacional para aplicação no desenvolvimento da Amazônia legal. Nº 8671

**SAMIR ACHÓA (PMDB)** — Sugere a elaboração de um código de defesa dos direitos do consumidor, no prazo de estabelece. Nº 8033

Sugere que seja permitida a reeleição de prefeitos e vice-prefeitos por mais de período. Nº 8034

Sugere que a nenhum servidor público, da administração direta ou indireta, ou de qualquer poder, seja paga remuneração de valor que ultrapasse cem vezes o salário mínimo. Nº 8035

Sugere que os índices e o critério do reajustamento dos proventos de aposentadoria sejam os mesmos da política salarial. Nº 8036

Sugere seja nomeado um representante do ministério público para os tribunais de contas da união, com poderes para denunciar irregularidades ao tribunal judiciário. Nº 8037

Sugere que nenhum servidor público, de qualquer categoria, receba vencimentos mensais brutos superiores a 60 (sessenta) salários mínimos. Nº 8038

Sugere que todo decreto sobre desapropriação de bem particular justifique a necessidade da medida, indique a fonte de recursos para pagamento da expropriação e só tenha validade pelo prazo de cinco anos. Nº 8039

Sugere que a contestação judicial nos processos expropriatórios possa referir-se à inexistência de interesse público na desapropriação. Nº 8040

Sugere que os contratos de serviços e de prestação de mão-de-obra celebrados com terceiros pela administração direta ou indireta só tenham validade depois de submetidos à aprovação dos tribunais de contas responsáveis pela fiscalização do órgão contratante. Nº 8041

Sugere que os idosos com mais de sessenta e cinco anos de idade e os inválidos fiquem

isentos do pagamento de passagem de transporte urbano. Nº 8042

Sugere sejam fornecidos passes de transporte a todo trabalhador que ganhe até cinco salários mínimos e que o empregador tenha o direito de descontar do seu Imposto de Renda o valor respectivo. Nº 8043

Sugere que todo crédito de pessoa física ou jurídica, devidamente habilitado e reconhecido, decorrente de aplicação junto a entidades financeiras, liquidadas ou em liquidação, faça jus aos juros e correções monetárias legais. Nº 8044

Sugere dispositivo sobre imposto de renda relativo ao trabalho assalariado. Nº 8045

Sugere que o Poder Judiciário seja exercido pelos órgãos que enumera. Nº 8046

Sugere limite de despesa com pessoal da União, dos Territórios, dos Estados e dos Municípios. Nº 8047

Sugere dispositivo sobre a competência dos Estados para editar lei orgânica disciplinadora da organização dos Municípios. Nº 8048

**SIGMARINA SEIXAS (PMDB)** — Sugere dispositivos sobre os tribunais e juízes administrativos tributários na estrutura do Poder Judiciário. Nº 8659

Sugere normas e princípios relativos ao Ministério Público. Nº 8660

Sugere norma sobre a competência tributária do Distrito Federal, dos Estados não divididos em Municípios e dos Territórios Federais. Nº 8661

Sugere seja assegurado a qualquer do povo o conhecimento dos atos de governo, acordos internacionais e quaisquer documentos oficiais de caráter sigiloso, no prazo que determina. Nº 8662

Sugere normas para estabelecimento do salário-família. Nº 8663

Sugere seja competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a representação do Procurador-Geral da República, nas situações que enumera. Nº 8664

Sugere que os rendimentos do trabalho não sejam tributados até o valor estabelecido em lei. Nº 8665

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar e autorizar a privatização de empresa pública ou bem público produtivo. Nº 8666

**SIMÃO SESSIM (PFL)** — Sugere normas sobre a educação. Nº 8389

Sugere seja assegurada a complementação de pensão aos beneficiários dos funcionários públicos civis federais. Nº 8390

Sugere dispositivo sobre a aposentadoria do funcionário público; conforme estabelece. Nº 8391

Sugere que os professores aposentados percibam proventos integrais. Nº 8392

Sugere norma que isente de tributos federais, estaduais e municipais automóveis de passeio adquiridos para o serviço de táxi. Nº 8393

Sugere norma sobre locação de veículos para transporte de carga. Nº 8394

Sugere dispositivos sobre a elaboração do orçamento anual e plurianual. Nº 8395

Sugere que o uso social da propriedade imobiliária seja assegurado. Nº 8396

Sugere seja assegurado à viúva pensionista o direito à pensão, mesmo que contraia novos casamentos. Nº 8397

Sugere seja competência da União legislar sobre ordenação do território, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Nº 8398

Sugere normas gerais que disponham sobre a competência dos estados e dos municípios para instituir impostos. Nº 8399

Sugere norma que disponha sobre o sistema tributário nacional. Nº 8400

Sugere norma que disponha sobre a competência da União para instituir impostos de qualquer natureza. Nº 8401

Sugere norma que disponha sobre a competência dos municípios para instituir impostos. Nº 8402

Sugere norma especificando os tributos que a união, os estados, o distrito federal e os municípios podem instituir. Nº 8403

Sugere norma que fixe a competência dos estados e do distrito federal para instituir impostos, conforme enumera. Nº 8404

**SIQUEIRA CAMPOS (PDC)** — Sugere dispositivo sobre a inviolabilidade da intimidade e do sigilo da correspondência, bem como sobre a invalidade judicial de gravações de conversas. Nº 8405

Sugere que seja assegurado a todos o direito ao trabalho remunerado, à moradia, saúde, alimentação, educação e assistência social. Nº 8406

Sugere a liberdade de reunião pacífica, em recintos fechados ou em praças públicas, na forma que estabelece. Nº 8407

Sugere dispositivo sobre o processo legislativo e sobre a competência do Congresso Nacional, nos casos que enumera. Nº 8408

Sugere que os serviços de saúde sejam unificados e seja adotado o critério de livre escolha de profissionais pelos segurados. Nº 8409

Sugere seja assegurada educação gratuita nos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Nº 8410

Sugere norma que institua a exortação única, sediada no município, e discipline a distribuição da renda do imposto sobre circulação de mercadorias. Nº 8411

Sugere normas que disponham sobre a instituição do parlamentarismo no Brasil. Nº 8412

**SOTERO CUNHA (PDC)** — Sugere normas sobre o direito do voto. Nº 8915

Sugere normas sobre a liberdade de consciência e de culto. Nº 8916

Sugere que a maioria relativa seja atingida aos 16 (dezesseis) anos e a absoluta aos 18 (dezoito) anos de idade. Nº 8937

Sugere que o casamento seja civil e gratuita a sua celebração, e dá outras providências. Nº 8938

Sugere sejam asseguradas vantagens aos maiores de sessenta e cinco anos de idade, conforme especifica. Nº 8941

Sugere que sejam integrais os proventos da aposentadoria por invalidez, idade ou tempo de serviço. Nº 8942

**VASCO ALVES (PMDB)** — Sugere seja inviolável a moradia do indivíduo. Nº 8125

**VIEIRA DA SILVA (PDS)** — Sugere que as emissoras de rádio e televisão sejam obrigadas a produzir e transmitir programas locais correspondentes a pelo menos 25 (vinte e cinco) por cento do tempo total de transmissão; que a concessão, renovação ou suspensão do funcionamento de canais de rádio-fusão sejam referenciadas pela Câmara dos Deputados. Nº 8181

**VINÍCIUS CANSANÇÃO (PFL)** — Sugere dispositivos sobre a composição, sede, jurisdição e quadro de pessoal do tribunal de contas da União. Nº 8195

Sugere que o tribunal federal de contas exerça fiscalização financeira e orçamentária sobre os atos da administração pública, dando parecer prévio sobre as contas que o chefe do Executivo prestar ao Congresso Nacional. Nº 8196

Sugere seja feita auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos três poderes da união, que deverão enviar demonstrações contábeis ao Tribunal Federal de Contas. Nº 8197

Sugere que a fiscalização financeira e orçamentária da união seja exercida pelo Congresso Nacional e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo. Nº 8198

Sugere normas a serem adotadas pelo Tribunal Federal de Contas, ao constatar irregularidade de qualquer despesa, facultando, à parte prejudicada, interpor recurso ao Congresso Nacional. Nº 8199

**VIRGÍLIO GALASSI (PDS)** — Sugere dispositivo sobre aplicação de recursos públicos nas áreas rurais. Nº 8126

**VIRGÍLIO TÁVORA (PDS)** — Sugere que a União possa instituir contribuições do interesse de categorias econômicas ou profissionais, observados os princípios que estabelece. Nº 8447

Sugere que a lei não faça exigência para o exercício do trabalho, exceto quando constituir condição de capacidade para o exercício profissional, e que apenas o salário mínimo seja fixado em lei. Nº 8448

Sugere que o Poder Executivo possa apreciar ou emendar projetos de lei não propostos por elei. Nº 8449

Sugere dispositivos que vede e defina o confisco de bens. Nº 8450

Sugere norma sobre a adoção de base de cálculo ou fato gerador para a cobrança de taxas. Nº 8451

Sugere seja vedada, nas deliberações parlamentares, a utilização do voto secreto, ressalvada a situação que especifica. Nº 8452

**VÍTOR BUAIZ (PT)** — Sugere garantias e condições relativas à autonomia municipal. Nº 8127

Sugere seja assegurada a atualização real dos valores dos proventos dos aposentados. Nº 8128

Sugere dispositivos que disciplinem a gestão dos recursos ambientais, no sentido de sua utilização racional e com a finalidade de assegurar o direito a uma melhor qualidade de vida. Nº 8129

Sugere sejam estabelecidas diretrizes para a política nacional de saúde. Nº 8130

Sugere seja criado um Tribunal Regional do Trabalho na Capital dos Estados, de território com mais de um município e no distrito federal, e dá outras providências. Nº 8131

WALDECK ORNÉLAS (PFL) — Sugere dispositivo sobre a votação dos orçamentos monetário, fiscal e das estatais pelo Congresso Nacional. Nº 8453

WALDYR PUGLIESI (PMDB) — Sugere norma sobre a duração de mandatos e a época das eleições. Nº 8454

WILMA MAIA (PDS) — Sugere seja da competência da União legislar sobre Direito Civil, Comercial, e que sejam destinados 5% do Imposto de Renda para a consecução da Política do Menor. Nº 8182

Sugere que o Estado garanta ensino público e gratuito em todos os níveis e dá outras providências. Nº 8183

WILSON CAMPOS (PMDB) — Sugere norma sobre a nomeação do Presidente do Banco Central. Nº 8455

Sugere norma sobre a composição do Conselho de Segurança Nacional. Nº 8456

Sugere isenção do Imposto de Renda para aquele que praticar a adoção de menor, nas condições que especifica. Nº 8457

Sugere que a União destine, anualmente, dois por cento da arrecadação tributária para a constituição de um Fundo de Assistência ao Menor. Nº 8458

Sugere que nenhum órgão do Poder Público, Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, pague menos de um salário mínimo pelo trabalho de qualquer servidor. Nº 8459

Sugere a participação do Congresso Nacional nas nomeações do setor econômico, conforme estabelece. Nº 8460

Sugere dispositivo sobre a eleição do próximo Presidente da República. Nº 8461

Sugere que seja de 3 (três) anos o exercício do mandato na direção dos Diretórios Nacionais, Regionais e Municipais dos partidos políticos, vedada a reeleição, e dá outras providências. Nº 8462

Sugere dispositivo sobre o direito à vida e à identidade, com registro civil gratuito, segurança, liberdade e igualdade. Nº 8463

Sugere que a União não possa majorar, sem prévia aprovação do Congresso Nacional, as tarifas dos serviços públicos, conforme discrimina. Nº 8464

## SUGESTÕES APRESENTADAS DE ENTIDADES

Movimento pró-Estado de São Francisco — Constituinte **Marcelo Cordeiro** — Primeiro-Secretário sugere disposições sobre a criação do Estado de São Francisco, conforme determina. Nº 8919

Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná — Constituinte **Borges da Silveira** e outros sugere normas sobre a União, os Estados e os Municípios; os Poderes Legislativo, Exe-

cutivo e Judiciário; o Sistema Tributário; a Ordem Econômica e Social; a família, a educação e a cultura, conforme estabelece. Nº 8233

### SUGESTÃO Nº 8.001

Incluam-se os seguintes dispositivos:

"Art. A atividade econômica é livre e compete à iniciativa privada exercê-la em todas as suas modalidades.

Art. A ordem econômica e social tem por fim propiciar o desenvolvimento nacional, com base nos seguintes princípios:

- I — liberdade de iniciativa;
- II — propriedade privada dos meios de produção;
- III — livre concorrência nos mercados;
- IV — valorização do trabalho como condição da dignidade humana;
- V — expansão das oportunidades de emprego produtivo;
- VI — igualdade de oportunidades;
- VII — redução das disparidades regionais de natureza sócio-econômica.

Art. É vedada a intervenção complementar do Estado na economia, salvo expressa autorização legislativa, caso a caso, por lei complementar, mas deverá ser sempre transitória para atender a setor que não se tenha desenvolvido plenamente e que a iniciativa privada não se disponha a fazê-lo.

§ 1º A intervenção regulamentar somente se dará para assegurar o livre funcionamento dos mercados e da concorrência, em benefício do consumidor.

§ 2º Em quaisquer destas hipóteses, a intervenção cessará assim que desaparecerem as razões que a determinaram."

### Justificação

Esta emenda assegura a livre iniciativa na atividade econômica e também prevê a intervenção do Estado na economia, sempre com autorização legislativa.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1987. — Constituinte **Ronaldo Carvalho**.

### SUGESTÃO Nº 8.002

Incluam-se os seguintes dispositivos:

"Art. Em caso de guerra externa, será assegurado aos que estiverem tomando parte em operações bélicas o sustento de seus dependentes durante a sua ausência e, com a desmobilização, serão concedidos a estes ex-combatentes os seguintes direitos:

- I — estabilidade, se funcionário público civil ou militar;
- II — aproveitamento no serviço público sem exigência de concurso, mas mediante prova de habilitação;
- III — transferência para a inatividade com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo ou aos sessenta anos de idade, se funcionário público da administração direta ou indireta ou contribuinte da Previdência Social;

IV — assistência médica, hospitalar, funerária e educacional gratuita, às expensas do poder público, em organizações próprias ou conveniadas.

Parágrafo único. Além da assistência prevista na alínea d do presente artigo, serão

mantidos os direitos e vantagens assegurados aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial que tenham participado efetivamente em operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha de Guerra, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante do Brasil ou de força do Exército e aos seus beneficiários."

### Justificação

Considerando que a mobilização, em caso de guerra, transforma a vida do País, trazendo problemas para todos, a situação daqueles que estiverem incorporados em operações bélicas é mais grave porque são obrigados a deixar seus dependentes abandonados à própria sorte, uma vez que, ausentes, não podem lhes prestar nenhum auxílio, justificando, assim, que a União supra esta necessidade, assegurando, ao menos, o sustento desses dependentes enquanto durar a ausência.

Durante a campanha, com o sustento de seus dependentes assegurado, eles serão amparados pela legislação militar.

Após a campanha, na desmobilização, os que tenham tomado parte efetivamente em operações bélicas encontram-se, normalmente, desadaptados para o reingresso imediato em uma vida normal, quer por falta de condições pessoais devido às situações vividas em campanha, como pelas novas condições em que encontrarão a sociedade. Assim, é justo que sejam amparados em suas readaptações, assegurando-se-lhes, no mínimo, o emprego que necessitam para reintegrarem-se em uma vida normal. Isto seria feito conce-